

# Fundo de Previdência do Município de Tambaú

## FUPREVIT

### AVALIAÇÃO ATUARIAL

**data base: 31/12/2019**

Tambaú  
13/07/2020



## ÍNDICE

1. Introdução.....	4
1.1. Objetivo .....	4
1.2. Conteúdo .....	4
2. Relatório Estatístico .....	4
2.1. População Estudada Plano Previdenciário .....	4
2.1.1. Servidores Ativos Plano Previdenciário .....	6
2.1.2. Servidores Aposentados Plano Previdenciário .....	11
2.1.3. Resumo Estatístico da Massa dos Servidores Aposentados .....	13
2.1.4. Pensionistas do Plano Previdenciário .....	13
3. Nota Técnica Atuarial.....	13
4. Condições de Elegibilidade .....	13
4.1. O Plano de Benefícios .....	13
4.1.1. Atuais Servidores – Possibilidades de Aposentadoria .....	13
4.1.2. Tabela de Planos de Aposentadoria .....	15
4.1.3. Aposentadoria por Idade:.....	15
4.1.4. Aposentadoria por Invalidez: .....	15
4.1.5. Abono Anual (13º salário): .....	15
4.1.6. Pensão por Morte:.....	15
4.1.7. Aposentadoria Especial para Professor.....	15
4.1.8. Aposentadoria Especial para Profissionais da Área Médica.....	16
5. Hipóteses Atuariais e Premissas.....	16
5.1. Tábuas Biométricas .....	16
5.2. Alterações Futuras no Perfil e Composição das Massas .....	16
5.3. Estimativa de Remuneração e Proventos .....	16
5.4. Taxa de Juros Atuarial .....	17
5.5. Entrada no Mercado de Trabalho e Em Aposentadoria.....	17
5.6. Composição do Grupo Familiar .....	17
5.7. Demais Premissas e Hipóteses .....	17
6. Custeio Administrativo .....	17
6.1. Critérios do Custeio Administrativo .....	17
6.2. Formulações de Cálculo do Custeio Administrativo.....	18
6.3. Expressão de Cálculo e Metodologia para Constituição de Fundo Administrativo .....	18
7. Formulações Matemáticas e Metodologias de Cálculo .....	18
7.1. Regimes Financeiros .....	18
7.1.1. Regime de Repartição Simples ou Regime de Caixa .....	19
7.1.2. Regime de Repartição de Capitais de Cobertura .....	19
7.1.3. Regime de Capitalização.....	19
7.1.4. Regime Financeiro Aplicado .....	19
7.2. Expressões de Cálculo das Anuidades.....	20
7.2.1. Anuidade Certa .....	20
7.2.2. Anuidade Simples.....	20
7.2.3. Anuidade de Pensão Para Dependentes .....	20
7.2.4. Anuidade de Pensão Para Inválidos .....	21
7.3. Expressões de Cálculo dos Benefícios Previdenciários a Conceder.....	21
7.3.1. Encargos com a Aposentadoria Por Tempo de Serviço.....	21
7.4. Expressões de Cálculo dos Benefícios Previdenciários Concedidos .....	22
7.5. Expressões de Cálculo das Alíquotas de Contribuição.....	22
7.6. Expressões de Cálculo do Valor Atual das Remunerações Futuras.....	23
7.7. Expressões de Cálculo e Metodologia da Compensação Financeira.....	23
7.8. Expressões de Cálculo da Evolução das Provisões Matemáticas para os Próximos Doze Meses .....	24
7.9. Expressões de Cálculo Para as Projeções do Quantitativo de Segurados Atuais e Futuros.....	24
7.10. Expressões de Cálculo e Metodologia para Fundos Garantidores .....	24
7.10.1. Encargos com a Aposentadoria por Invalidez .....	24
7.10.2. Encargos com Pensão por Morte em Atividade.....	24
8. Expressões de Cálculo e Metodologia Para o Equacionamento do Déficit Atuarial .....	25

9. Expressões de Cálculo e Metodologia dos Ganhos e Perdas Atuariais.....	25
9.1. Valor das Remunerações.....	25
9.2. Expectativa de Mortalidade .....	25
9.3. Rentabilidade dos Investimentos .....	25
9.4. Quantidade e Valores de Aposentadoria.....	25
10. Parâmetros de Segregação de Massas .....	25
11. Expressões de Cálculo da Construção da Tábua de Serviços .....	25
11.1. Elementos Básicos da Tábua de Serviço .....	26
11.2. A Construção da Tábua de Serviço .....	26
12. Glossário e Simbologias .....	27
13. Premissas da Nota Técnica Atuarial .....	27
13.1.1. Pressupostos Legais Básicos: .....	28
13.1.2. Premissas financeiro-atuariais .....	28
14. Avaliação Atuarial .....	28
14.1. Introdução.....	28
14.2. Resultados.....	29
14.2.1. O Sistema Atual .....	29
14.2.2. Plano de Custeio para a Situação Atual Plano Previdenciário.....	30
14.3. Sugestões para o Equilíbrio do Plano Previdenciário .....	32
14.3.1. Alíquota Única Suplementar .....	32
14.3.2. Alíquotas Suplementares Progressivas.....	32
14.3.3. Aportes Escalonados .....	32
14.3.4. Recomendações e Avaliação das Taxas Obtidas .....	33
14.4. Parecer Atuarial Plano Previdenciário .....	34
15. Anexos .....	38

## 1. Introdução

### 1.1. Objetivo

A Avaliação Atuarial se propõe a definir o Plano de Custeio do sistema previdenciário do município de Tambaú – SP. Desta forma, processaremos a base de dados dos servidores ativos, servidores aposentados e pensionistas do município e através da aplicação de ferramentas e modelos atuariais, promoveremos o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema.

### 1.2. Conteúdo

O município de Tambaú possui um sistema previdenciário próprio, representado pelo **Fundo de Previdência do Município de Tambaú - FUPREVIT**. O referido Instituto é responsável pelo pagamento das Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais.

Este estudo, que se propõe a realizar a Avaliação Atuarial do plano de benefícios concedidos pelo regime próprio, se encontra dividido em três itens básicos: o Relatório Estatístico, a Nota Técnica e a Avaliação Atuarial. O primeiro visa apresentar um painel geral dos servidores municipais, tabulando algumas de suas características básicas que, por sua natureza, influenciam os resultados obtidos através da Avaliação Atuarial. A Nota Técnica é um resumo com os principais instrumentos utilizados no cálculo atuarial. E a Avaliação Atuarial é a análise técnica que apresenta o resultado do cálculo atuarial, com base em princípios atuariais, que permite, se houver necessidade, a reformulação do Plano de Custeio, tornando sempre viabilizado o Sistema Previdenciário do Município.

## 2. Relatório Estatístico

Uma Avaliação Atuarial depende, entre outros aspectos, de características inerentes à população estudada, tais como a distribuição etária e salarial, a proporção entre homens e mulheres e o tempo de serviço dos indivíduos dentro e fora da instituição. Aqui analisaremos os dados estatísticos a respeito do universo dos Servidores do Município. Abordaremos com detalhes, no **item 2.1.1**, as características da massa de Servidores Ativos, no **item 2.1.2** as peculiaridades do grupo de Servidores Aposentados e no **item 2.1.4** o grupo de Pensionistas.

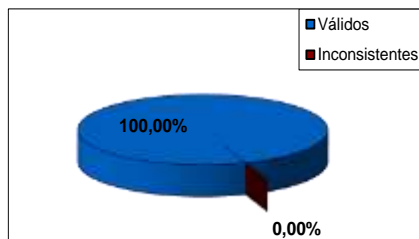
### 2.1. População Estudada Plano Previdenciário

Foram considerados, para fins deste estudo, os Servidores Ativos, os Inativos e os Pensionistas que se encontravam vinculados ao RPPS na data base do estudo atuarial, ou seja, em **31 de dezembro de 2019**.

Os dados cadastrais foram levantados junto ao cadastro do Instituto, da Prefeitura Municipal e demais autarquias, sendo, na sua grande maioria, através de entrevista pessoal com cada servidor através de recadastramento realizado, totalizando **828** participantes assim distribuídos: **603 Servidores Ativos, 174 Aposentados e 51 Pensionistas**.

Após o processo de crítica do cadastro, que visa a identificação de dados inconsistentes, apurou-se um total válido de **603 Servidores Ativos, 174 Aposentados e 51 Pensionistas**, cujo índice de rejeição dos dados apurados é da ordem de **0,00%** (sem dados inconsistentes).

**Figura 1. Índice de Rejeição dos Dados Cadastrais.**



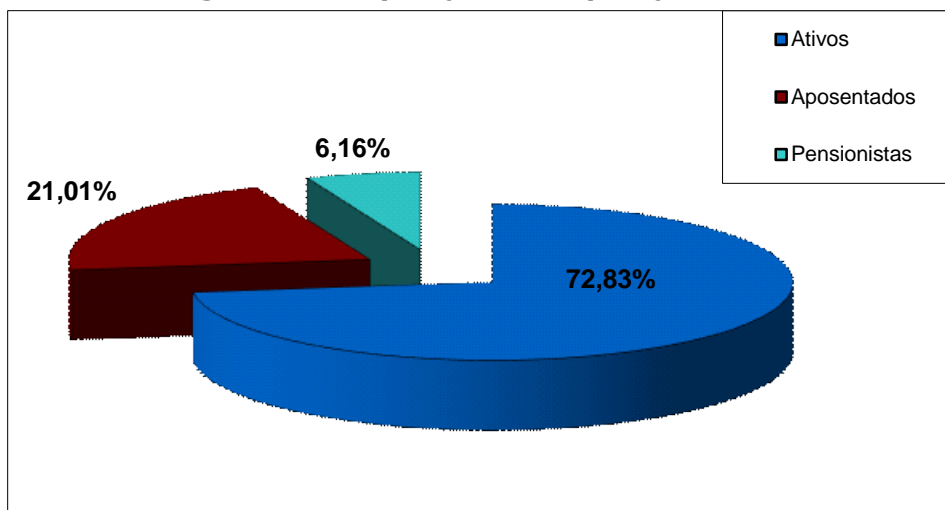
A tabela (1) a seguir exibe a composição da população estudada, que é o alvo desta avaliação atuarial.

**Tabela 1. Quantitativo do Quadro de Participantes Plano Previdenciário**

Servidor	Qtd	%	Idade Média	Salários	%	Qtd. Dependentes
Ativos Comum	485	58,57	44,80	967.512,69	51,82	804
Ativos Especial	118	14,25	46,16	313.268,74	16,78	212
<b>Ativos</b>	<b>603</b>	<b>72,83</b>	<b>45,07</b>	<b>1.280.781,43</b>	<b>68,59</b>	<b>1016</b>
<b>Inativos</b>	<b>225</b>	<b>27,17</b>	<b>61,72</b>	<b>586.446,09</b>	<b>31,41</b>	<b>168</b>
Aposentados	174	21,01	63,63	506.940,64	27,15	168
Pensionistas	51	6,16	55,20	79.505,45	4,26	0
<b>Total</b>	<b>828</b>	<b>100,00</b>	<b>49,59</b>	<b>1.867.227,52</b>	<b>100,00</b>	<b>1184</b>

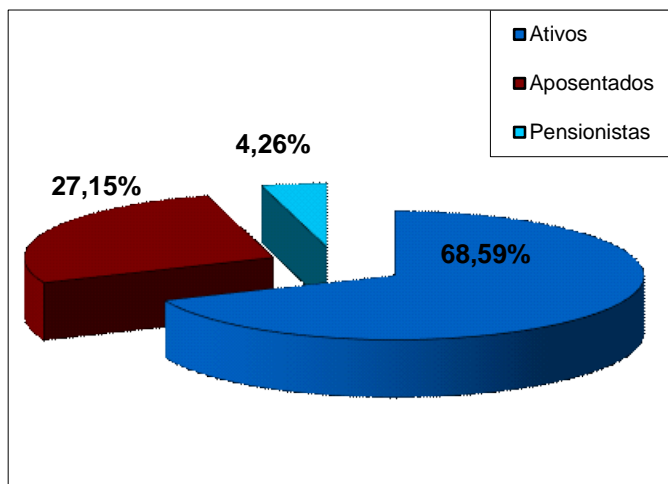
A população estudada é composta de **72,83%** de Servidores Ativos, **21,01%** de Servidores Aposentados e **6,16%** de Pensionistas.

**Figura 2. Composição da População Estudada.**



A figura (3) expressa os gastos do Município com relação ao atual quadro de servidores Ativos, Aposentados e os Pensionistas. Observa-se então, que, em relação ao total de despesas com pessoal, se gasta com os servidores Ativos **68,59%**, com os Aposentados **27,15%** e com os Pensionistas **4,26%**.

**Figura 3. Distribuição de Gastos com o Pessoal.**



### 2.1.1. Servidores Ativos Plano Previdenciário

#### 2.1.1.1. Resumo Estatístico da Massa dos Servidores Ativos

Número total se servidores.....	603
Idade Média.....	45,07
Idade Média de Entrada em Aposentadoria.....	67,06
Remuneração Média.....	2.124,02
Soma das remunerações .....	1.280.781,43

Observamos nos resumos estatísticos acima, que a idade média do servidor ativo é de **45,07** anos e que a idade média de entrada em aposentadoria é **67,06** anos. Se esta expectativa refletir uma tendência a ser observada no quadro de Servidores Ativos, teremos um tempo médio de contribuição de **21,99** anos ao Sistema Previdenciário Municipal. Este período representa mais da metade do tempo necessário para formar a reserva suficiente para custear benefícios vitalícios.

#### 2.1.1.2. Dados Básicos dos Servidores Ativos

A tabela (2) considera a massa total dos Servidores Ativos, de acordo com o sexo.

**Tabela 2. Dados Básicos dos Servidores Ativos**

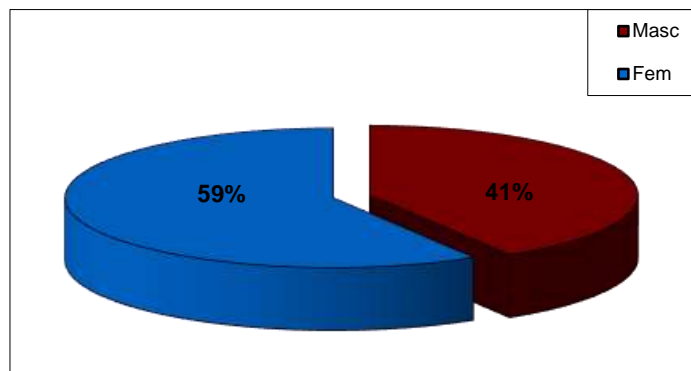
Item	M	%	F	%	Total
Número Servidores	249	41,29	354	58,71	603
Média Tempo Anterior RGPS	5,96	47,88	4,56	52,12	5,26
Média Tempo Anterior RPPS	0,82	26,44	1,61	73,56	1,22
Média Tempo Anterior	6,78	43,58	6,18	56,42	6,48
Média Tempo Prefeitura RGPS	1,82	68,69	0,58	31,31	1,20
Média Tempo Prefeitura RPPS	13,70	48,00	10,44	52,00	12,07
Média Tempo Total	22,30	47,70	17,20	52,30	19,75
Salário Médio	2.144,78	-	2.109,41	-	2.124,02
Folha de Pagamento	534.050,37	41,70	746.731,06	58,30	1.280.781,43

A Idade Média exibida corresponde à razão entre o somatório das idades e o número de servidores, enquanto a remuneração média equivale à razão entre o somatório das remunerações e o número de servidores.

### 2.1.1.3. Freqüência dos Servidores por Sexo

No Plano de benefícios há um tratamento diferenciado conforme o sexo do participante, tendo as mulheres o direito à Aposentadoria por Idade ou por Tempo de Serviço cinco anos antes dos servidores do sexo masculino, fator este que conforme a situação, é responsável pela elevação dos custos do sistema. Pois as mulheres além de deixarem de contribuir por 5 anos, passarão esses 5 anos a mais na fase de recebimento dos benefícios.

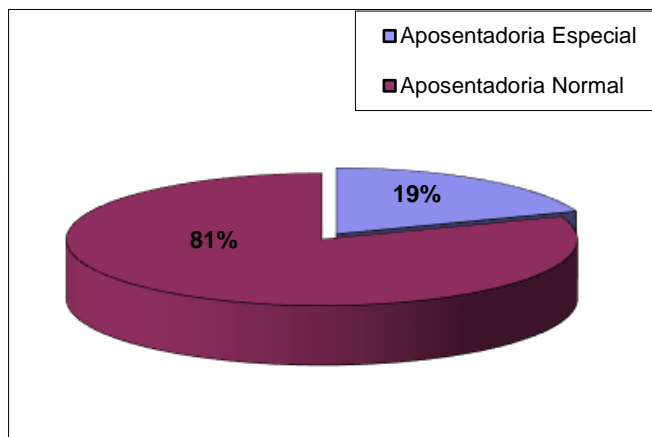
**Figura 4. Distribuição dos servidores Ativos por Sexo**



Como vemos, o percentual de Servidores do sexo masculino é de **41%** e do sexo feminino é de **59%**. Este desequilíbrio certamente reflete uma sobrecarga nas taxas de contribuição ao RPPS, uma vez que a mulher contribui por um período menor e, em contrapartida, tem direito ao Benefício Vitalício mais cedo com o agravante de uma expectativa de vida teoricamente maior em relação ao homem. Porém, a tábua de mortalidade adotada não prevê tal diferenciação, pois a tábua do IBGE prevê a mortalidade média sem distinguir o sexo.

O percentual de Servidores que ocupam cargo com direito a aposentadoria chamada especial (redução de 5 anos na idade e no tempo de contribuição) é de **19%** enquanto que aqueles com cargos sem direito a este benefício é de **81%**. É de conhecimento que quanto maior for a faixa de servidores com direito a aposentadoria especial, maior será a complexidade de promover o equacionamento do déficit atuarial, pois assim como aqueles servidores do sexo feminino adquirem seus direitos para gozar o benefício da aposentadoria com uma antecipação de 5 anos comparados aos servidores do sexo masculino, os servidores ocupantes exclusivamente de cargos com direito as aposentadorias especiais gozam de tal benefício, sendo que as mulheres ocupantes destes cargos, são as que mais oneram o sistema.

**Figura 5. Distribuição dos Servidores Ativos por Cargo**

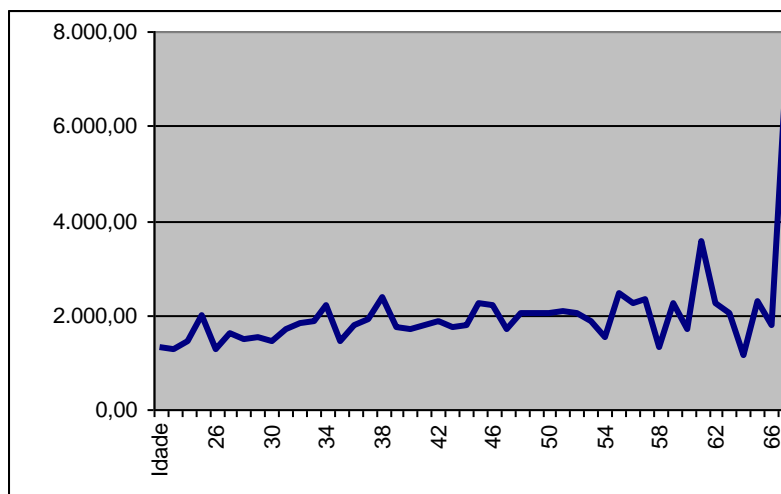


#### 2.1.1.4. Média Salarial por Idade dos Servidores Ativos

Tecnicamente, tem-se como princípio, que a remuneração do servidor aumente conforme sua idade. No gráfico observamos que a remuneração dos Servidores Públicos Municipais apresenta um comportamento extremamente oscilatório, com ligeira tendência ao crescimento com o decorrer da idade.

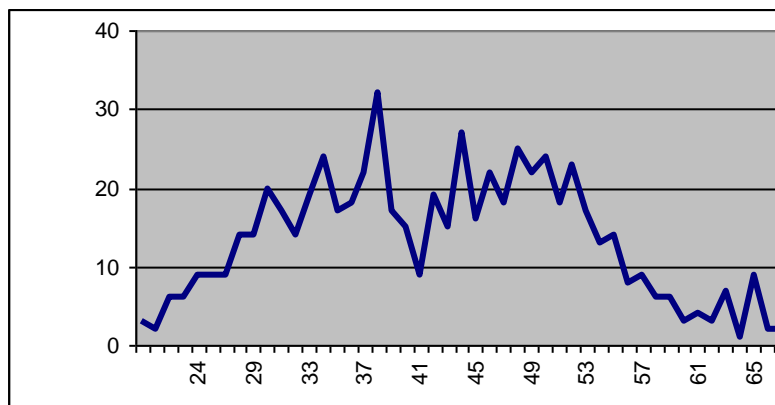
O gráfico da figura (6) ilustra a remuneração média dos Servidores Ativos por idade.

**Figura 6. Remuneração Média dos Servidores Ativos**



Abaixo a figura (7) apresenta o gráfico da frequência de servidores por idade.

**Figura 7. Frequência dos servidores Ativos por Idade**



Observa-se no gráfico acima, que a distribuição dos servidores ao longo da faixa etária apresenta uma concentração de servidores entre as idades de **36 e 46 anos**, sendo que o seu maior número se encontra com idade de **40 anos**.

Para o sistema previdenciário, quanto mais jovem for a população, menor será o seu ônus, pois, além deste capitalizar (construir suas reservas financeiras) através das contribuições que se estenderão por períodos mais longos, os benefícios previdenciários começarão a ser requisitados apenas após estes períodos.

#### 2.1.1.5. Média Salarial por Tempo de Serviço dos Servidores Ativos

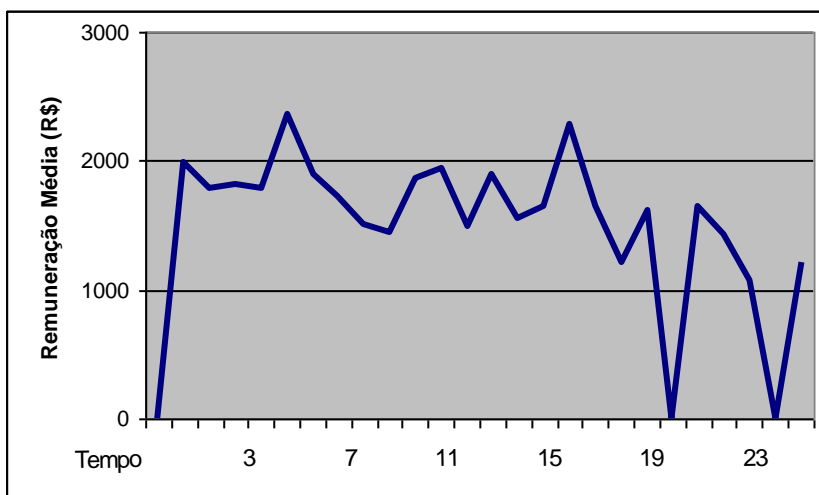
A informação acerca do tempo de serviço de cada participante do sistema previdenciário, não só em relação à Prefeitura, mas também a outros órgãos públicos ou privados, é fundamental para a previsão do tempo restante para o ingresso deste indivíduo na modalidade de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou por Idade.



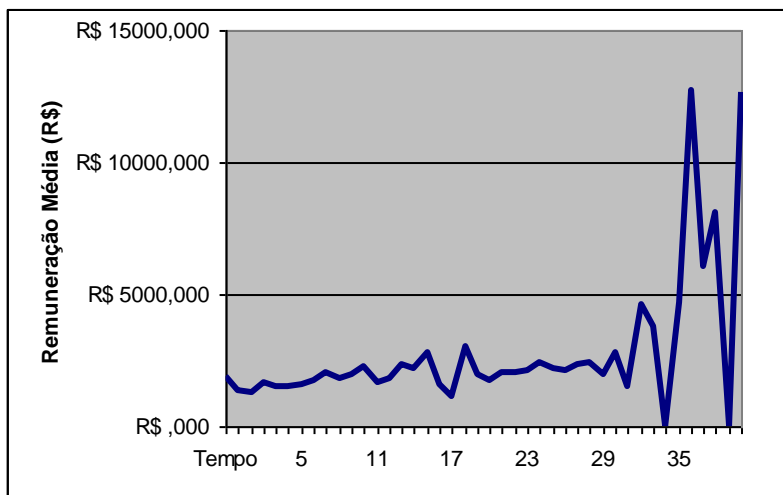
É esperado que a remuneração de um indivíduo reflita a evolução de sua capacidade em decorrência dos anos de experiência. Deste modo, é normal que a remuneração do servidor tenha um padrão crescente quando tabulada por seu tempo de serviço.

Analisando a figura (8) observamos que a Remuneração Média do servidor no Município em função do Tempo Anterior de Serviço apresenta crescimento oscilatório ao final do período, pelo Tempo de Prefeitura oscilando um pouco mais no decorrer do período e mais ainda ao final do período e pelo Tempo Total, crescente por todo o período de avaliação, porém, oscilando mais ao final.

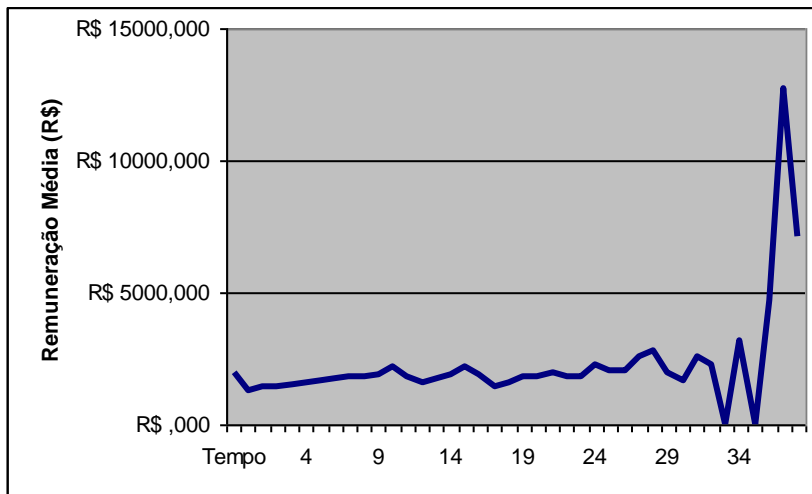
**Figura 8 . Remuneração Média Tabulada pelo Tempo Anterior de Serviço**



**Figura 8a. Remuneração Média Tabulada pelo Tempo de Prefeitura**

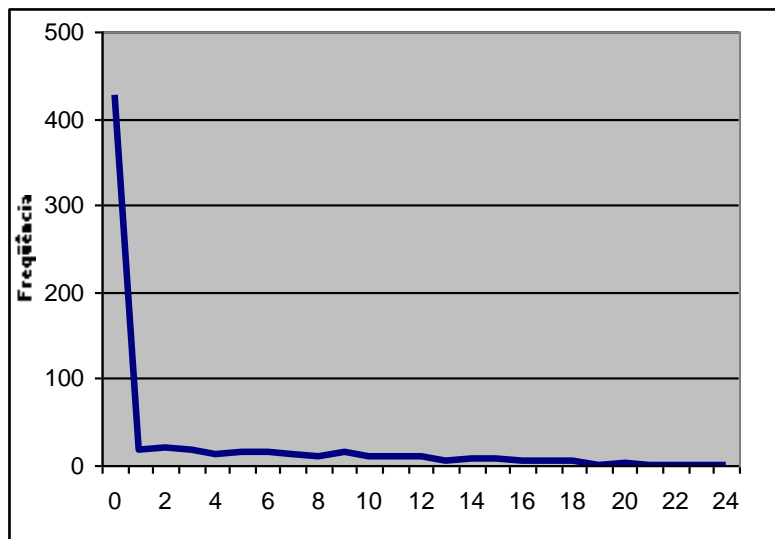


**Figura 8b. Remuneração Média Tabulada pelo Tempo Total**

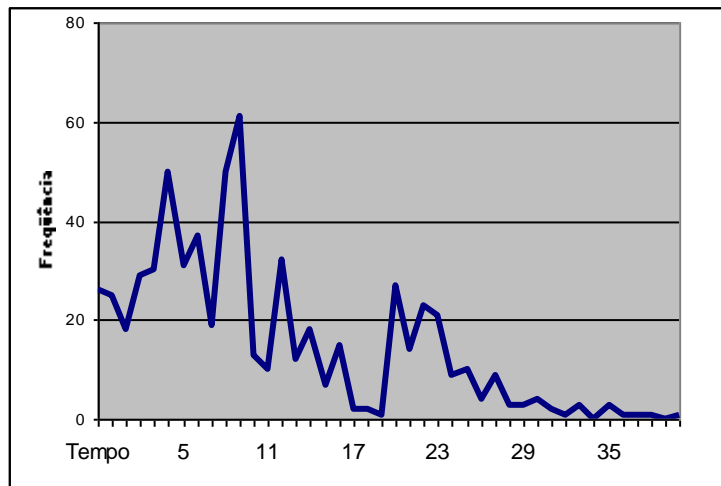


A figura (9) expõe graficamente a frequência de servidores por tempo de serviço.

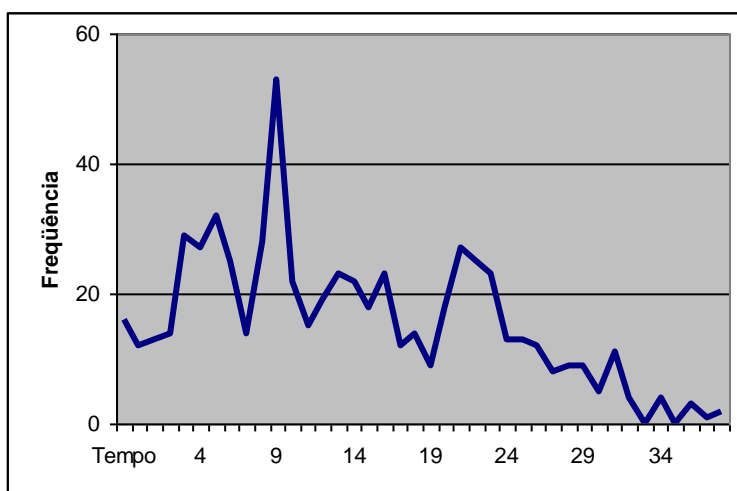
**Figura 9. Frequência dos Servidores Ativos por Tempo Anterior de Serviço**



**Figura 9a. Frequência dos Servidores Ativos por Tempo de Prefeitura**



**Figura 9b. Frequência dos Servidores Ativos por Tempo Total**



Podemos observar no gráfico acima, que existe uma maior concentração de servidores na faixa de **6 a 10 anos** de serviço, sendo que a sua maior concentração se encontra com **10 anos** de serviço. Esta característica demonstra que os servidores, em sua maioria, contribuirão por mais de **22,5 anos**, se comparado à média de tempo de serviço de aposentadoria para homens e mulheres, se bem que existem outros requisitos necessários para ter o direito a aposentadoria, bem como a diminuição do tempo de serviço e idade para as aposentadorias especiais.

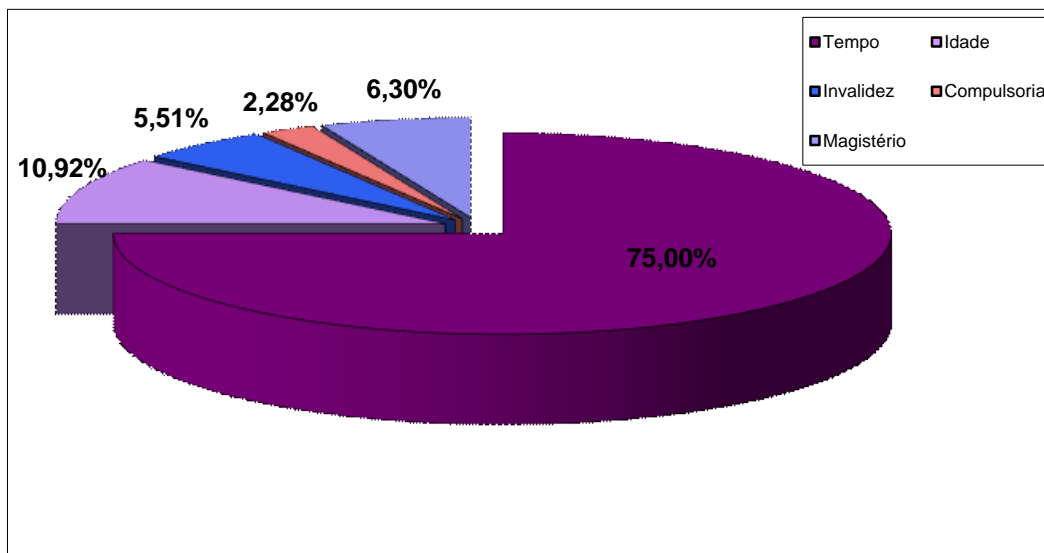
### 2.1.2. Servidores Aposentados Plano Previdenciário

**Tabela 3. Gastos por tipo de Aposentadoria.**

QUANTITATIVO				
Tempo	Idade	Invalidez	Compulsória	Especial
R\$ 389.040,74	R\$ 56.656,00	R\$ 28.573,85	R\$ 11.803,05	R\$ 32.670,05

Observamos no gráfico abaixo que a maior parcela dos gastos com aposentadoria é destinada à benefícios por tempo de contribuição, seguido da aposentadoria por idade, por invalidez, aposentadoria especial e finalmente com a menor representação nos gastos, a aposentadoria compulsória aos 75 anos de idade.

**Figura 10a. Gastos por tipo de Aposentadoria**



**Tabela 4. Evolução das aposentadorias no Período**

	2019	2020	Aumento
Tempo	R\$ 299.941,31	R\$ 389.040,74	29,71%
Idade	R\$ 43.930,07	R\$ 56.656,00	28,97%
Invalidez	R\$ 26.317,85	R\$ 28.573,85	8,57%
Compulsória	R\$ 8.899,59	R\$ 11.803,05	32,62%
Especial	R\$ 17.332,24	R\$ 32.670,05	88,49%

### 2.1.2.1. Frequência de Entrada em Aposentadorias

A tabela (4) descreve a evolução do número de aposentados no decorrer do tempo (adotando-se a rotatividade). Os números nela apresentados consideram apenas os tipos de aposentadoria que dependem das informações de Tempo de Serviço e Idade, ficando excluída deste contexto a Aposentadoria por Invalidez, só considerada na parte atuarial deste relatório.

**Tabela 4. Entrada em Aposentadoria ao longo do Tempo**

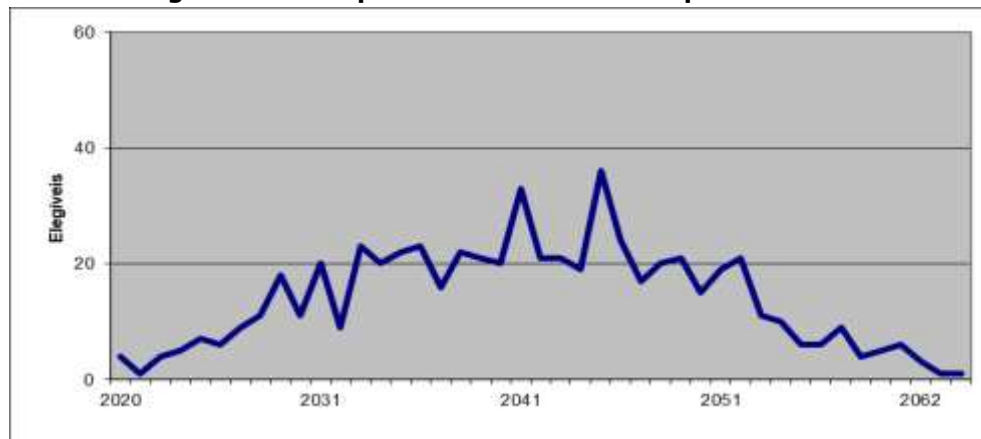
Ano	Nro. Benef. a Conceder	Total Benefícios
2020	4	14.339,09
2022	1	1.990,47
2023	4	12.538,04
2024	5	14.984,43
2025	7	20.982,09
2026	6	13.784,47
2027	9	43.207,96
2028	11	21.462,17
2029	18	38.747,76
2030	11	22.525,57
2031	20	40.522,25
2032	9	20.414,40
2033	23	63.605,15
2034	20	49.979,92
2035	22	54.662,17

Ano	Nro. Benef. a Conceder	Total Benefícios
2036	23	43.106,38
2037	16	37.275,01
2038	22	35.638,93
2039	21	40.759,28
2040	20	47.948,13
2041	33	66.845,88
2042	21	31.973,02
2043	21	33.365,13
2044	19	39.881,82
2045	36	66.976,99
2046	24	49.713,59
2047	17	32.126,61
2048	20	37.124,97
2049	21	45.723,58
2050	15	26.914,94

Ano	Nro. Benef. a Conceder	Total Benefícios
2051	19	37.114,75
2052	21	33.727,21
2053	11	19.598,53
2054	10	20.298,76
2055	6	10.119,42
2056	6	10.701,28
2057	9	14.264,90
2058	4	8.293,65
2059	5	6.843,12
2061	6	9.024,41
2062	3	5.996,19
2063	1	1.348,79
2064	1	1.348,79

Analisando a figura (10), que ilustra a frequência de aposentadorias requeridas ao longo do tempo, identificamos a concessão de **4 benefícios** no presente exercício, caso sejam requeridas estas aposentadorias, relativos aos participantes que já atenderão às condições necessárias ao ingresso em aposentadoria (elegíveis).

**Figura 10b. Frequência de entrada em Aposentadoria**



O gráfico apresenta um comportamento oscilatório ligeiramente crescente ao longo do tempo, até atingir o seu pico máximo, após **26 anos** da data base. Assim sendo, novos grupos de servidores se seguiriam ao grupo já existente, dando origem a futuras aposentadorias que se somariam àquelas apresentadas na figura (10b).

Observa-se ainda, que o número de aposentadorias pagas em um dado período corresponde ao número de aposentadorias que se iniciaram neste período mais aquelas que já vinham sendo oferecidas. A figura (10b) nos exhibe apenas as aposentadorias que se iniciaram em um dado ano.

### 2.1.3. Resumo Estatístico da Massa dos Servidores Aposentados

Número Total de Aposentados .....	174
Idade Média .....	63,63
Provento Médio .....	2.913,45
Soma dos Proventos .....	506.940,64

### 2.1.4. Pensionistas do Plano Previdenciário

Número Total de Pensionistas .....	51
Idade Média .....	55,20
Pensão Média .....	1.558,93
Soma das Pensões .....	79.505,45

## 3. Nota Técnica Atuarial

A Nota Técnica Atuarial tem por objetivo descrever os procedimentos utilizados na realização da avaliação atuarial, de modo que os custos, reservas e outros elementos da avaliação atuarial possam ser calculados de forma exata através do conteúdo exposto nesta Nota Técnica.

## 4. Condições de Elegibilidade

### 4.1. O Plano de Benefícios

O Plano de Benefícios corresponde à descrição de todos os benefícios a serem concedidos e dos critérios e condições que os servidores ou seus dependentes devam atender para ter direito aos mesmos. O RPPS concede, atualmente, os benefícios de Aposentadoria e Pensão.

O Plano de Benefícios Previdenciários abrangerá os seguintes itens:

- Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Regime de Capitalização);
- Aposentadoria por Idade (Regime de Capitalização);
- Aposentadoria Compulsória (Regime de Capitalização);
- Pensão por Morte de inativo (Regime de Capitalização);
- Aposentadoria por Invalidez (Regime de Repartição de Capitais de Cobertura);
- Pensão por Morte de Ativo (Regime de Repartição de Capitais de Cobertura);
- Abono anual.

A seguir descrevemos os requisitos necessários para a obtenção do benefício para cada modalidade de Aposentadoria e para Pensão, conforme dispositivos constitucionais.

#### 4.1.1. Atuais Servidores – Possibilidades de Aposentadoria

1º - REGRA - Artigo 40, § 1º, III, "a" da Constituição Federal com proventos calculados pela média, reajustado conforme legislação, tendo que cumprir os seguintes requisitos:

- 60 anos de idade, se homem; 55 de idade, se mulher;
- 35 anos de contribuição para homem, e 30 para mulher;
- 10 anos no serviço público;
- 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria.

2º - REGRA – Artigo 6º da Emenda Constitucional nº. 41/03 combinado com o art. 40, § 5º, da constituição federal (integral para professor) com proventos calculados pela última remuneração, reajustado pela paridade, ter sido admitido antes de 31/12/2003 no serviço público, sem interrupção, tendo que cumprir os seguintes requisitos:

- 55 anos de idade, se homem; 50 de idade, se mulher;
- 30 anos de contribuição para homem, e 25 para mulher;
- 20 anos no serviço público;
- 10 anos na carreira;
- 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria.

3º - REGRA - Artigo 2º da Emenda Constitucional nº. 41/2003, com proventos também calculados pela média de contribuição reajustado conforme legislação aplicando-se o redutor salarial de 5% para cada ano que faltar para completar a idade de 60 anos para o Homem e 55 anos para a Mulher, tendo que cumprir os seguintes requisitos:

- 53 anos de idade, se homem; 48 de idade, se mulher;
- 35 anos de contribuição para homem e 30 para mulher;
- Pedágio de 20% sobre o tempo que, em 16/12/1998, faltava para atingir o limite do item acima;
- 5 anos no cargo em que se der aposentadoria
- Profissionais da educação possuem um abono de 17% e 20% para os Homens e Mulheres respectivamente, sobre o tempo de contribuição;

4º - REGRA - Artigo 6º da Emenda Constitucional nº. 41/2003, com proventos integrais e reajuste pela paridade, ter sido admitido antes de 31/12/2003 no serviço público, sem interrupção, tendo que cumprir os seguintes requisitos:

- 60 anos de idade, se homem; 55 de idade se mulher;
- 35 anos de contribuição para homem, e 30 para mulher;
- 20 anos no serviço público;
- 10 anos na carreira pública;
- 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria.

5º - REGRA - Artigo 3º da Emenda Constitucional nº. 47/2005, com proventos integrais reajustados pela paridade, ter sido admitido antes de 16/12/1998 no serviço público, sem interrupção, tendo que cumprir os seguintes requisitos:

- 60 anos de idade, se homem; 55 de idade se mulher;
- 35 anos de contribuição para homem, e 30 para mulher;
- 25 anos no serviço público;
- 15 anos na carreira pública;
- 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria.
- Para cada ano a mais de contribuição, reduz-se um na idade.

6º - REGRA – Artigo 40, § 5º da Constituição Federal (especial para professor) com proventos calculados pela média, reajustado pela média de contribuição reajustado conforme legislação, tendo que cumprir os seguintes requisitos:

- 55 anos de idade, se homem; 50 de idade, se mulher;
- 30 anos de contribuição para homem, e 25 para mulher;
- 10 anos na carreira;

- 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria.

7º - REGRA – Artigo 40, § 4º, III combinado com Súmula Vinculante nº. 33 do Supremo Tribunal Federal (especial para área médica) com proventos calculados pela média, reajustado pela média de contribuição reajustado conforme legislação, tendo que cumprir os seguintes requisitos, além de apresentar Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e Parecer Médico:

- 25 anos de contribuição;
- 10 anos na carreira;
- 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria.

8º - REGRA - Artigo 40, § 1º, II da Constituição Federal combinado com o artigo 2º da Lei Complementar nº. 152/2015, com proventos calculados pela média de contribuição reajustado conforme legislação e proporcionais ao tempo de contribuição, tendo que cumprir os seguintes requisitos:

- 75 anos de idade;

#### **4.1.2. Tabela de Planos de Aposentadoria**

Como anexo I, ao final da Nota Técnica, segue uma Tabela contendo os planos de aposentadoria para melhor visualização das regras como um todo.

#### **4.1.3. Aposentadoria por Idade:**

- proporcional aos 65 anos de idade; se homem;
- proporcional aos 60 anos de idade, se mulher;
- compulsória aos 75 anos;

#### **4.1.4. Aposentadoria por Invalidez:**

- comprovação da Invalidez Total ou Parcial Permanente (deverão ser reavaliadas a cada período definido previamente);

#### **4.1.5. Abono Anual (13º salário):**

- ser participante assistido, ou;
- ser beneficiário assistido;

#### **4.1.6. Pensão por Morte:**

- no caso das pensões já em gozo e nas novas pensões que forem geradas, é repassado 100% dos valores das aposentadorias que serviram de base para a concessão do benefício até o valor do **teto do INSS**, sendo que após este valor as pensões sofrerão reduções de 30% sobre os valores que excederem o limite estipulado.

#### **4.1.7. Aposentadoria Especial para Professor**

Do mesmo modo que homens e mulheres estão sujeitos a tratamentos diferenciados pelo sistema previdenciário, o mesmo ocorre com os servidores conforme o regime de aposentadoria ao qual se encontram vinculados. Os servidores exercendo atividades com direito a Aposentadoria Especial adquirem o direito de se aposentar **5 anos** antes dos demais servidores, onerando o sistema com suas Aposentadorias Antecipadas.

#### 4.1.8. Aposentadoria Especial para Profissionais da Área Médica

Do mesmo modo que profissionais da área da educação possuem direito a aposentadoria especial, com redução de 5 anos, tanto na idade quanto no tempo de contribuição, os profissionais da área da saúde, considerados de atividade de risco, que apresentarem Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e Parecer Médico compatível com o requerido pela legislação, adquirem o direito a se aposentar com **25 anos** de tempo de contribuição, também onerando o sistema com suas Aposentadorias Antecipadas.

### 5. Hipóteses Atuariais e Premissas

#### 5.1. Tábuas Biométricas

Os elementos básicos de uma análise atuarial são as tábuas de eliminação, seja por morte, invalidez ou desligamento.

As tábuas selecionadas para estudo se encontram listadas na tabela a seguir:

TIPO DA TÁBUA	NOMENCLATURA	TÁBUA
INVÁLIDEZ	$i_x$	ÁLVARO VINDAS
MORTALIDADE GERAL	$q_x$	IBGE (separada por sexo)
MORTALIDADE DE INVÁLIDOS	$q_x^i$	IBGE (separada por sexo)

#### 5.2. Alterações Futuras no Perfil e Composição das Massas

A Avaliação Atuarial considerará apenas o Grupo Fechado (Geração Atual), uma vez que a Instrução Normativa a que se refere a Portaria MF nº 464/2018, que tratará das alterações Futuras (Geração Futura) ainda não foi publicada.

Utilizamos ainda a rotatividade nula, devido a possibilidade de compensação previdenciária, a pagar e a receber, entre os regimes previdenciários.

#### 5.3. Estimativa de Remuneração e Proventos

O valor da taxa real de crescimento da remuneração será definido anualmente, conforme art. 15 da Portaria MF nº 464/2018, respeitando o limite mínimo imposto de **1%** e constará no relatório da Avaliação Atuarial.

A função salário é descrita na forma:

$$S_x = S_y \cdot (1 + is)^{(x-y)}$$

em que

is = incremento salarial real (considerando inflação + produtividade);

Sx = salário corrente na idade x;

Sy = salário de entrada no plano na idade y.

A não consideração ou a subavaliação da evolução do salário real conduz a inconsistências no plano de custeio.

Devido à indisponibilidade de informações para se apurar e projetar o percentual de atualização dos valores dos benefícios concedidos e a conceder, sujeitos à regra de paridade de



reajuste dos proventos, para o crescimento real dos benefícios do plano foi utilizada a taxa de **0%**.

#### **5.4. Taxa de Juros Atuarial**

A taxa real de juros utilizada seguirá o disposto no inciso IV do art. 27 da Portaria MF nº 464/2018, que se refere à taxa de juros parâmetro, que tem os procedimentos de cálculo disciplinados pela Instrução Normativa SPREV nº 2/2018. O Valor real de juros utilizado constará do relatório da Avaliação Atuarial.

#### **5.5. Entrada no Mercado de Trabalho e Em Aposentadoria**

A Avaliação Atuarial considera os dados reais apresentados na base de dados dos segurados, relativos ao tempo anterior de contribuição previdenciária. Na ausência de tais dados utilizamos a idade de **25 anos**, como sendo a idade provável de um servidor ter-se vinculado a algum regime previdenciário antes de se tornar segurado do RPPS.

Com relação à Entrada em Aposentadoria será considerado o **Primeiro Melhor Benefício**, pois é aquele que exige o maior volume de reservas, portanto torna o Equilíbrio Financeiro e Atuarial mais conservador.

Com relação a entrada em aposentadoria, será considerado **1 ano** em média de permanência após a obtenção dos requisitos para a entrada em aposentadoria. O tempo visa considerar o abono de permanência e outros elementos que fazem com que o servidor continue em atividade mesmo após ter direito ao benefício de aposentadoria.

#### **5.6. Composição do Grupo Familiar**

A Avaliação Atuarial considera os dados reais apresentados na base de dados dos segurados, na ausência de dados foram considerados **3 anos** a mais para o dependente homem e **3 anos** a menos para a dependente mulher. Consideramos ainda o percentual de casados em **50%**. O grupo familiar contará com um filho **25 anos** mais novo que o cônjuge mulher.

#### **5.7. Demais Premissas e Hipóteses**

O **Fator de Capacidade dos Benefícios (FC)** e o **Fator Capacidade das Remunerações (FC)** utilizado será de **1 (100%)**, ou seja, sem considerar o efeito corrosivo da inflação nos mesmos.

O cálculo do valor dos benefícios a conceder, com base na média das remunerações (80% maiores salários), será obtido através de estudo das médias de valores de benefícios concedidos por esta regra. O estudo constará do relatório da análise das hipóteses e será aplicado na avaliação atuarial como um percentual da última remuneração do segurado em atividade. O valor de FM utilizado foi de **80%**.

$$\text{Valor do Benefício pela média} = \text{Última Remuneração} \times \text{FM}$$

Onde,

FM = Fator Média, valor que melhor representa a média dos 80% maiores salários em relação à última remuneração dos segurados ativos, conforme estudo realizado com a massa de segurados.

### **6. Custeio Administrativo**

#### **6.1. Critérios do Custeio Administrativo**

A taxa de administração respeitará o limite máximo permitido de 2% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados e beneficiários vinculados ao RPPS, com base no exercício financeiro anterior.

## 6.2. Formulações de Cálculo do Custeio Administrativo

Processaremos a base de dados para formulação do cálculo do Custeio Administrativo observando as despesas para operacionalização da Unidade Gestora, bem como reservas para eventuais contingências utilizando a seguinte expressão de cálculo:

$$CA = FTS \times TA$$

em que,

CA = Custeio Administrativo;

FTS = Valor Total das Remunerações, Proventos e Pensões dos segurados e beneficiários vinculados ao RPPS, com base no exercício anterior;

TA = Taxa de Administração aprovada em Lei.

## 6.3. Expressão de Cálculo e Metodologia para Constituição de Fundo Administrativo

A apuração e constituição do Fundo Administrativo será dada observando a seguinte expressão de cálculo:

$$FA = DAp - DAe$$

em que,

FA = Montante a ser destinado ao Fundo Administrativo;

DAp = Previsão do limite de gastos com o custeio administrativo;

DAe = Valor empenhado com o custeio administrativo.

## 7. Formulações Matemáticas e Metodologias de Cálculo

Através do Plano de Custeio são definidas as fontes de receita do sistema previdenciário que farão frente à cobertura do Plano de Benefícios. Estas receitas são originárias de:

- Contribuições dos servidores, instituídas pelo Município de acordo com Lei Complementar Municipal;
- Contribuição da Prefeitura/Autarquia e Câmara por conta de obrigações patronais;
- Aportes Financeiros;
- Créditos constituídos (Compensação Previdenciária);
- Outros rendimentos decorrentes da aplicação das receitas em caixa.

### 7.1. Regimes Financeiros

Regime financeiro é o conjunto de critérios que determinam a forma de cálculo das contribuições, isto é, são normas que estabelecem a equação de equilíbrio entre receitas e despesas. Reconhecemos três tipos de regimes financeiros, o de Repartição Simples, o de Repartição de Capitais e o de Capitalização.

### 7.1.1. Regime de Repartição Simples ou Regime de Caixa

O Regime de Repartição simples (com sigla RS) consiste em calcular as contribuições (necessárias e suficientes) a serem vertidas ao plano em determinado período, visando atender apenas ao pagamento dos benefícios nesse mesmo período de tempo (não prevê formação de reserva de longo prazo).

### 7.1.2. Regime de Repartição de Capitais de Cobertura

O Regime de Repartição de Capitais de Cobertura (com sigla RCC) consiste em calcular as contribuições necessárias e suficientes em um determinado período, para constituir o capital que responderá pelo pagamento de benefícios que serão iniciados no mesmo período (o custo periódico é equivalente a uma estimativa da reserva de benefícios concedidos que será constituída no próximo exercício).

Normalmente usado para financiar benefícios de risco de longa duração e que dependem da idade do participante (por exemplo, pensão por morte na ativa, aposentadoria por invalidez *et cetera*).

### 7.1.3. Regime de Capitalização

Visando a solução para o aumento anual da taxa de contribuição, observado nos dois regimes precedentes, apresentamos o Regime de Capitalização. Tal regime consiste em calcular as contribuições necessárias e suficientes a serem vertidas ao plano no período contributivo, visando constituir o capital que responderá pelo pagamento de benefícios futuros (prevê formação de reservas)

Normalmente usado para financiar os chamados benefícios programados (aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria por tempo de contribuição), mas nada impede que seja também utilizado para os benefícios de risco de longa duração.

Assim, os defeitos apontados para o Regime de Repartição Simples, já atenuados para os de Capitais de Cobertura, desaparecem no Regime de Capitalização:

- A taxa anual se mantém nivelada ao longo do tempo;
- Às reservas de benefícios concedidos se acrescentam as grandes reservas de benefícios a conceder, incrementando fortemente o potencial dos investimentos a longo prazo;
- Em caso de paralização do processo, os Aposentados e Pensionistas contarão com as primeiras reservas para garantir a continuidade dos seus benefícios, enquanto aos Ativos será assegurado seu direito líquido pela Reserva de Benefícios a Conceder.

Em sua forma, o Regime de Capitalização consiste na Avaliação Atuarial, não somente para o exercício, mas para todo o período da avaliação, que igualará o valor atual dos benefícios que serão concedidos durante este período. Isto representa estimarmos todos os encargos com os servidores, trazê-los a valor presente e dividirmos pela folha salarial no mesmo período. Como resultado obtém-se uma contribuição nivelada.

### 7.1.4. Regime Financeiro Aplicado

No modelo atuarial adotado, selecionamos o **Regime de Capitalização** para computarmos as taxas correspondentes ao custeio dos benefícios previdenciários programáveis.

Para apuração do custo normal dos benefícios avaliados em regime financeiro de capitalização, o financiamento gradual do custo dos benefícios futuros será estruturado durante toda a vida laboral do servidor, por meio do Método Atuarial de Financiamento do **Crédito Único Projetado (PUC)**. Porém, uma vez que a alíquota praticada for superior a alíquota

apurada pelo método PUC e o RPPS apresente Déficit Atuarial, continuarem aplicando a alíquota vigente pelo Método Atuarial de Financiamento **Ortodoxo**.

O método Ortodoxo define o valor da alíquota normal de contribuição segundo o que consta na legislação municipal e aplica aquela alíquota em todo o período da avaliação atuarial.

Para os benefícios de Aposentadoria por Invalidez e Pensão Por Morte de Segurado Ativo é utilizado o Regime de Repartição de Capitais de Cobertura e para o Plano Financeiro, quando existir, é utilizado o Regime de Repartição Simples.

## 7.2. Expressões de Cálculo das Anuidades

No âmbito atuarial, anuidades são valores probabilísticos atualizados do custo do pagamento de uma unidade monetária anual vitaliciamente a um indivíduo.

Descreveremos a seguir a formulação do cálculo das diversas anuidades utilizadas ao longo deste estudo.

Adotamos a hipótese de ocorrência dos sinistros no mês de ocorrência, ou seja, consideramos que a requisição dos benefícios se dê no exato mês em que o segurado adquire as condições necessárias.

### 7.2.1. Anuidade Certa

Dimensiona o valor atual do custo do pagamento de uma certa unidade monetária anual por um período de  $n$  anos.

$$a_n = \sum_{t=0}^{n-1} v^t = \frac{1-v^n}{1-v}$$

Na fórmula acima,  $v$  corresponde ao fator de desconto financeiro e é dado por:

$$v = (1 + \text{taxa\_real\_anual\_de\_juros})^{-1}$$

### 7.2.2. Anuidade Simples

Dimensionada a valor atual probabilístico do custo do pagamento de uma unidade monetária anual vitaliciamente ao indivíduo de idade  $x$ .

$$\ddot{a}_{e_x | i} = \sum_{t=0}^{e_x} v^t$$

Onde,

$e_x$  é a expectativa de vida definida pela tábua de mortalidade.

### 7.2.3. Anuidade de Pensão Para Dependentes

Dimensiona o valor atual probabilístico do pagamento de uma unidade monetária anual e vitalícia aos dependentes do servidor falecido com a idade  $x$ .

Consideramos como evento gerador de morte a tábua de mortalidade apontada como premissa de expectativa de vida.

O Benefício de Pensão é concedido ao cônjuge e aos dependentes. Portanto, há a necessidade de se estudar a composição familiar dos servidores de acordo com suas idades. Só deste modo torna-se viável a previsão atuarial do tempo de concessão do benefício. Resumindo, para um indivíduo de idade  $x$ , necessitamos da idade e a descrição (cônjuge e filhos) de cada um de seus dependentes.

Os dados reais dos servidores e dependentes são utilizados sempre que são fornecidos, porém na ausência destas informações precisas sobre os dependentes trabalhamos com tábuas que já preveem o valor da anuidade a partir de uma estimativa estatística da composição média familiar do indivíduo de idade  $x$ . Em nosso estudo estes valores serão denotados por  $Hx$ .

Considerando a ocorrência do falecimento e o pagamento mensal do benefício, iremos trabalhar com:

$$H_x^{(12)} = \ddot{a}_x - \ddot{a}_{xy}$$

em que

$\ddot{a}_x$  = anuidade do servidor;

$\ddot{a}_{xy}$  = anuidade vidas conjuntas;

#### 7.2.4. Anuidade de Pensão Para Inválidos

Dimensiona o valor atual probabilístico do pagamento anual de uma unidade monetária vitalícia aos pensionistas do inválido falecido de idade  $x$ . Sabendo ser o pagamento do benefício efetuado em parcelas mensais, temos:

$$a_x^i = \sum_{t=0}^{100-x} {}_t p_x^1 \cdot q_{x+t}^1 v^{t+1/2}$$

Na fórmula anterior, a primeira probabilidade seleciona os indivíduos que, uma vez inválidos ao atingirem a idade  $x$ , assim permaneçam (não venham a falecer) até atingirem a  $x+t$  anos de idade. Dentro deste grupo, selecionamos aqueles que irão falecer aos  $x+t$  anos, o que é feito pela Segunda probabilidade. O fator desconto financeiro recua o valor da anuidade de pensão até o tempo atual.

### 7.3. Expressões de Cálculo dos Benefícios Previdenciários a Conceder

Os benefícios a Conceder serão calculados por tipo de benefício, conforme segue abaixo.

#### 7.3.1. Encargos com a Aposentadoria Por Tempo de Serviço

Os encargos com as aposentadorias por tempo de Serviço, combinado com Idade, ingresso no serviço público, tempo de serviço público, tempo de carreira, tempo no cargo e demais critérios, conforme prevê legislação específica (conforme definido nos itens 2.1 e 2.1.1) são considerados de forma pré-definida, sendo que quaisquer outras regras para concessão de benefícios previdenciários diferentes dos pré-estabelecidos deverão ser tratados como casos isolados ou ainda incorporados em nova formulação de cálculo.

##### 7.3.1.1. Servidores Ativos

Os encargos com a Aposentadoria por Tempo de Serviço para servidores ativos que ainda não atendem aos requisitos mínimos de concessão de benefícios são expressos pela fórmula:

$$VABF = 13 \times BEN \times {}_{tf}p_x^{aa} \times v^{tf} \times \ddot{a}_{n|i} \times FC$$

O valor  $x$  é a idade do servidor no momento da avaliação, ao passo que  $tf$  indica o tempo que falta para a aposentadoria deste. A primeira probabilidade indica o percentual de indivíduos ativos de idade  $x$  que sobreviverão ativos até completar o tempo de serviço necessário à sua aposentadoria. O fator de desconto financeiro traz à data presente o valor da anuidade, expressa em meses com base na expectativa de sobrevivência do servidor, na época de sua aposentadoria e  $FC$  é o fator que exprime o poder de compra do benefício.

### 7.3.1.2. Reversão para Pensão

São somadas neste item as despesas com a cobertura do pagamento de pensões aos dependentes de aposentadoria por Tempo de Serviço dos servidores públicos que vierem a falecer.

$$VABF = 13 \times BEN \times {}_{tf}p_x^{aa} \times v^{tf} \times H_x^{(12)} \times FC$$

$$H_x^{(12)} = \ddot{a}_x - \ddot{a}_{xy}$$

No cômputo de ENCATSVCAP,  $y=x+tf$  é a idade de aposentadoria do servidor sendo analisada. Para o benefício é necessário que o servidor ativo de idade  $x$  tenha sobrevivido à idade de aposentadoria ( $y$ ) ainda ativo (o que nos é dado pela primeira probabilidade da fórmula acima). Além disso, após se aposentar, ele deverá ter sobrevivido à idade  $y+t$  (isto é feito pela segunda probabilidade da equação dada), quando só então sucede seu falecimento (terceira probabilidade da fórmula). Por fim, o fator de desconto financeiro traz ao tempo atual o valor da anuidade de pensão concedida aos dependentes.

### 7.4. Expressões de Cálculo dos Benefícios Previdenciários Concedidos

Os encargos com os Benefícios Concedidos, aqui computados, constituirão uma parte da chamada *Reserva de Benefícios Concedidos*, dada pela equação a seguir, onde  $x$  corresponde à idade do servidor:

$$ENCATSCAP = 13 \cdot BENTS \cdot a_x^{(12)}$$

O valor do benefício de Aposentadoria é multiplicado por 13 para levar em consideração os 12 meses de pagamento mensal mais o décimo terceiro salário.

### 7.5. Expressões de Cálculo das Alíquotas de Contribuição

A contribuição normal (CN) será apurada através do método do Crédito Unitário Projetado (PUC), seguindo a formulação abaixo:

$$\text{Dado: } CN = \frac{VABF_{Liq}}{r - e}$$

tem-se,

$$PMBaC = CN \times (x - e)$$

ou

$$PMBaC = VABF_{Liq} \times \frac{x - e}{r - e}$$

onde,

$$VABF_{Liq} = VABF - VACF$$

em que,

$$VABF = 13 \times BENPROJ \times {}_{r-x}E_x^{aa} \times a_r \times FC$$

e

$$VACF = 13 \times CONTRPROJ \times {}_{r-x}E_x^{aa} \times a_r \times FC$$

Onde  ${}_{r-x}E_x^{aa}$  é o fator de desconto atuarial da data da aposentadoria  $r$  até a data presente  $x$ .

E finalmente o VACF total Patronal somado ao Funcional será:

$$VACF_{ente|serv} = VABF_{LÍQ} - PMBaC$$

$$VACF_{ente|serv} = VABF_{LÍQ} \times \left( 1 - \frac{x-e}{r-e} \right)$$

*Sendo:*

$x - e =$  Tempo de Serviço Acumulado

$r - e =$  Tempo de Serviço Total

$x =$  Idade na data da avaliação

$e =$  Idade de ingresso no RPPS / Ente

$r =$  Idade na data da aposentadoria

## 7.6. Expressões de Cálculo do Valor Atual das Remunerações Futuras

Uma previsão atuarial para a folha salarial dos ativos e inativos ao longo dos anos vindouros baseia-se nas remunerações e proventos atuais dos servidores e é dada pela expressão:

$$FOLHAANUAL(t) = \sum_{s=1}^{NumServ} 13 \cdot REMUNERAÇÃO / PROVENTOS(s, t) \cdot p_x^{aa}$$

Onde  $NumServ$  é o número total de servidores ativos,  $REMUNERAÇÃO/PROVENTOS(s, t)$  é a remuneração atual do servidor  $s$  projetada atuarialmente para o tempo  $t$ . A probabilidade considerada é a do servidor de idade  $x$  permanecer ativo até a idade  $x+t$ .

A projeção atuarial da remuneração atual do servidor é feita levando em conta a taxa real anual de juros em conjunto com a curva salarial adotada.

Ao computarmos a folha salarial total, devemos trazer ao tempo atual os montantes encontrados em cada ano:

$$FOLHA = \sum_{t=0}^{y-x} v^t \cdot FOLHAANUAL(t)$$

Note que estes valores correspondem ao montante atualizado das projeções salariais de toda a massa de ativos e inativos do Município até a entrada em aposentadoria/pensão ou ocorrência de sinistro.

## 7.7. Expressões de Cálculo e Metodologia da Compensação Financeira

Pode ser considerado para fins de cobertura da Reserva de Tempo de Serviço Anterior, a Compensação Previdenciária entre os regimes previdenciários de todos aqueles processos dos servidores aposentados que efetivamente se concretizou até a **data base da avaliação** ou o disposto da Portaria MPS nº 464 de 19 de novembro de 2018, ou seja, até 10% do total das

reservas matemáticas ou o proporcional relativo ao tempo anterior de serviço que a massa de servidores apresenta.

Foi utilizado o valor de Comprev de 10% do Valor Atual dos Benefícios Futuros.

### **7.8. Expressões de Cálculo da Evolução das Provisões Matemáticas para os Próximos Doze Meses**

A evolução das Provisões Matemáticas para os próximos 12 meses será feita através do Fluxo Mensalizado da evolução da massa de segurados. A avaliação atuarial toda é realizada pela projeção do Fluxo mensal individualizado (segurado por segurado) e os 12 primeiros meses dessa projeção fornecerão a evolução das Provisões Matemáticas.

### **7.9. Expressões de Cálculo Para as Projeções do Quantitativo de Segurados Atuais e Futuros**

Quanto aos segurados atuais, utilizamos a projeção da tabela de mortalidade, mais especificamente a expectativa de vida, para estimar as saídas por falecimento. Quanto aos segurados futuros ainda não utilizamos nenhuma projeção, uma vez que a Instrução Normativa referente à Portaria 464/18 que vai regulamentar a utilização da Geração Futura na avaliação atuarial ainda não foi publicada.

### **7.10. Expressões de Cálculo e Metodologia para Fundos Garantidores**

Deverão ser compostos fundos garantidores para os benefícios em Repartição de Capitais de Cobertura, conforme descrito abaixo.

#### **7.10.1. Encargos com a Aposentadoria por Invalidez**

Neste tipo de Aposentadoria o custo será calculado em Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura.

##### **7.10.1.1. Servidores Ativos**

O Custo Normal com a Aposentadoria por Invalidez para servidores ativos é expresso pela fórmula:

$$CN_x = 13 \times BEN \times i_x \times a_x^i \times FC$$

##### **7.10.1.2. Reversão para Pensão**

São aqui computadas as despesas com o pagamento das pensões a serem concedidas aos dependentes de aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que vierem a falecer.

$$CN_x = 13 \times BEN \times q_x \times H_y^{(12)} \times FC$$

#### **7.10.2. Encargos com Pensão por Morte em Atividade**

São contabilizados, para efeito deste montante, os gastos com as pensões concedidas aos dependentes de servidores falecidos em atividade.

$$CN_x = 13 \times BEN \times q_x \times H_y^{(12)} \times FC$$

$$H_y^{(12)} = a_{\overline{xf}|n} + {}_n a_y$$



Adotada a hipótese de que o grupo família é constituído por um cônjuge e um filho mais novo.

## **8. Expressões de Cálculo e Metodologia Para o Equacionamento do Déficit Atuarial**

O Equacionamento do Déficit Atuarial poderá ser realizado de três formas distintas:

- Plano de Amortização do Déficit Atuarial;
- Segregação de Massas;
- Aporte de Bens, Direitos ou outros Ativos ao RPPS.

A avaliação atuarial apresentará diferentes cenários possíveis para o estabelecimento do Plano de Amortização do Déficit Atuarial, segundo o disposto na Portaria MF nº 464/18, garantindo o pagamento mínimo do valor do montante dos juros do Déficit Atuarial, salvo para os exercícios previstos na normativa da Secretaria de Previdência (de 2020 a 2023).

Foi adotado para o atual exercício o plano de amortização do déficit atuarial pelo prazo de 36 anos (35 anos excluindo-se o ano de 2020, conforme Nota SEI 04/2020).

## **9. Expressões de Cálculo e Metodologia dos Ganhos e Perdas Atuariais**

### **9.1. Valor das Remunerações**

Aguardando a publicação da Instrução Normativa referente aos Ganhos e Perdas Atuariais.

### **9.2. Expectativa de Mortalidade**

Aguardando a publicação da Instrução Normativa referente aos Ganhos e Perdas Atuariais.

### **9.3. Rentabilidade dos Investimentos**

Aguardando a publicação da Instrução Normativa referente aos Ganhos e Perdas Atuariais.

### **9.4. Quantidade e Valores de Aposentadoria**

Aguardando a publicação da Instrução Normativa referente aos Ganhos e Perdas Atuariais.

## **10. Parâmetros de Segregação de Massas**

A segregação de massas é o Plano de Amortização do Déficit Atuarial através da criação de um Plano Financeiro, criado para abrigar parte da massa de segurados do RPPS, que será gerido através do Regime Financeiro de Repartição Simples.

O RPPS **não possui** segregação de massas.

## **11. Expressões de Cálculo da Construção da Tábua de Serviços**

A partir dos elementos descritos em **9.1.** é construída uma Tábua de Serviço contendo todos os fatores atuariais necessários à elaboração do Plano de Custeio.

### 11.1. Elementos Básicos da Tábua de Serviço

A seguir apresentaremos a nomenclatura utilizada para representar os elementos básicos da tábua de serviço.

$i_x$  - probabilidade de um indivíduo de idade  $x$  se invalidar antes de atingir a idade  $x+1$

$q_x$  - probabilidade de um indivíduo de idade  $x$  vir a falecer antes de atingir a idade  $x+1$

$q_{xq}^1$  - probabilidade de um inválido de idade  $x$  vir a falecer antes de completar  $x+1$  anos.

$l_x$  - número de sobreviventes que atingiram a idade  $x$  em uma população geral, observado a partir de uma amostra de 10 milhões de indivíduos com idade de 15 anos

$l_x^{aa}$  - número de sobreviventes que atingiram a idade  $x$  ainda ativos e válidos, em uma população geral, observado a partir de uma amostra de 10 milhões de indivíduos com idade de 15 anos.

$l_x^1$  - número de sobreviventes inválidos que atingiram a idade  $x$  em uma população geral, observado a partir de uma amostra de 10 milhões de indivíduos com idade de 15 anos

$W_x$  - probabilidade de um indivíduo de idade  $x$  se desligar do plano antes de atingir a idade  $x+1$

$p_x^{aa}$  - probabilidade de um servidor ativo e válido sobreviver nestas condições entre as idades  $x$  e  $x+1$

$q_x^{aa}$  - probabilidade de um servidor ativo e válido falecer nestas condições entre as idades  $x$  e  $x+1$

$p_x^{ai}$  - probabilidade de um servidor ativo de idade  $x$  vir a se invalidar antes de atingir a idade  $x+1$  e sobreviver até  $x+1$

$q_x^{ai}$  - probabilidade de um ativo de idade  $x$  se invalidar e falecer antes de atingir a idade  $x+1$

### 11.2. A Construção da Tábua de Serviço

Em 9.1.1 vimos que os valores de  $q_x, i_x, w_x q_x^1$  são inicialmente extraídos das tábuas de eliminação selecionadas. A seguir descreveremos a metodologia de obtenção dos demais fatores atuariais listados neste item.

Os valores de  $l_x^1$  foram obtidos a partir da consideração de uma amostra inicial de 10 milhões de indivíduos de 15 anos de idade, submetidos à eliminação dada pela taxa de mortalidade  $q^x$ .

$$l_{15} = 10.000.000$$

$$l_x = l_{x-1} \cdot q_{x-1}$$

O número de inválidos de idade  $x$  é obtido paralelamente ao número de ativos válidos como mostramos a seguir:

$$l_{15}^1 = 0$$

$$l_{15}^{aa} = 10.000.000$$

$$l_x^{aa} = l_x - l_x^1$$

$$l_x^1 = l_{x-1}^1 \cdot p_{x-1}^1 + l_{x-1}^{aa} \cdot p_{x-1}^{ai}$$

Ou seja, o número de ativos válidos a atingirem a idade  $x$  é dado pelo número de sobreviventes de idade  $x$  (válidos ou não) menos o número de inválidos de idade  $x$ .

O número de indivíduos a atingirem inválidos a idade  $x$  é dado pelo somatório do número de inválidos de idade  $x-1$  que sobreviveram à idade  $x$ , com o número de indivíduos ativos de idade  $x-1$  que se invalidaram antes de atingir a idade  $x$ .

A probabilidade de sobrevivência de um inválido é computada diretamente como o complemento da probabilidade de mortalidade de inválido:

$$p_x^1 = 1 - q_x^1$$

Para se obter a probabilidade de sobrevivência de ativo que se invalida, subtrai-se da probabilidade de invalidez geral a probabilidade de um ativo se invalidar e falecer ainda no mesmo ano:

$$p_x^{ai} = i_x - q_x^{ai}$$

A partir do método de Hamza, consideramos a probabilidade de um ativo que se invalidou vir a falecer como sendo igual à metade da probabilidade de falecimento de um inválido:

$$q_x^{ai} = 0.5 \cdot i_x \cdot q_x^1$$

A probabilidade de um ativo válido enquanto tiver esta idade é dada pela razão entre o número de ativos válidos com idade  $x+1$  e o número de ativos válidos com idade  $x$ :

$$p_x^{aa} = \frac{l_{x-1}^{aa}}{l_x^{aa}}$$

Por último a probabilidade de um ativo válido vir a falecer ainda válido e antes de atingir a idade  $x+1$  é dada pelo complemento do somatório da probabilidade de um ativo válido de idade  $x$  sobreviver até atingir a idade  $x+1$ , com a probabilidade de um indivíduo (ativo ou não) de idade  $x$  se invalidar enquanto ainda possuir esta idade:

$$q_x^{aa} = 1 - (p_x^{aa} + i_x)$$

Com base nas fórmulas apresentadas, constrói-se a tábua de serviço desejada.

## 12. Glossário e Simbologias

A expressões e simbologia utilizadas estão dispostas abaixo:

**FM** = Fator Média, valor que melhor representa a média dos 80% maiores salários em relação à última remuneração dos segurados ativos, conforme estudo realizado com a massa de segurados.

**CA** = Custeio Administrativo;

**FTS** = Valor Total das Remunerações, Proventos e Pensões dos segurados e beneficiários vinculados ao RPPS, com base no exercício anterior;

**TA** = Taxa de Administração aprovada em Lei.

**FA** = Montante a ser destinado ao Fundo Administrativo;

**DAP** = Previsão do limite de gastos com o custeio administrativo;

**DAe** = Valor empenhado com o custeio administrativo.

$e_x$  é a expectativa de vida definida pela tábua de mortalidade.

$\ddot{a}_x$  = anuidade do servidor;

$\ddot{a}_{xy}$  = anuidade vidas conjuntas;

## 13. Premissas da Nota Técnica Atuarial

O presente estudo atuarial foi realizado tendo como referência os seguintes pressupostos legais e premissas financeiro-atuariais:

### **13.1.1. Pressupostos Legais Básicos:**

- Constituição Federal com as alterações realizadas, em especial, pela E.C. n.º 20/98, E.C. n.º 41/03, E.C. n.º 47/05, E.C. n.º 70/12 e Lei Complementar n.º 10.887/04;
- Lei Federal n.º 9.717, de 27.11.1998 com suas alterações posteriores;
- Portaria MPAS n.º 4.992, de 05.02.1999 com suas alterações posteriores;
- Lei Federal n.º 9.796, de 05.05.1999 (Compensação Previdenciária);
- Decreto n.º 3.112, de 06.07.1999 (que regulamente a Lei n.º 9.796);
- Lei Orgânica do Município;
- Lei Complementar Municipal;
- Portaria MPS n.º 402, de 10.12.2008;
- Portaria MF n.º 464, de 19.11.2018;

### **13.1.2. Premissas financeiro-atuariais**

- Taxa real de juros de 5,89% aa. (máximo legalmente permitido);
- Crescimento salarial real conforme legislação municipal e simulação com evolução salarial de 1% aa.;
- Crescimento real dos benefícios do plano 0% aa.;
- Tábuas biométricas utilizadas: IBGE 2018 separada por sexo (mortalidade de válidos e inválidos) e AV (entrada em invalidez);
- Compensação Previdenciária;
- Tempo de serviço anterior real;
- Proventos de aposentadoria e pensão pelas novas regras;
- Pagamento de 13 proventos anuais;
- Contribuição dos ativos e inativos sobre 13 remunerações anuais;
- Taxa de contribuição dos servidores ativos e inativos;
- Grupo familiar (para efeitos de pensão) real.
- Custo administrativo/ taxa de administração igual a 2%.

## **14. Avaliação Atuarial**

### **14.1. Introdução**

Uma avaliação atuarial tem como elementos principais:

- As informações dos servidores referentes a datas de nascimento e de admissão, tempo de serviço, dependentes e remuneração;
- Os parâmetros definidos a partir da legislação e dos objetivos no Município, tais como o Plano de Benefícios, a evolução salarial e o regime jurídico dos servidores;
- Os fatos atuariais calculados de acordo com as bases técnicas e a metodologia escolhida.

Cabe destacar a importância dos dados dos servidores, pois deles depende a confiabilidade dos resultados obtidos. De nada vale a adoção de modelos complexos sem que haja consistência nas informações utilizadas.

Neste trabalho elaboraremos o plano de custeio do Sistema Previdenciário do Município a partir do conjunto de parâmetros atuariais e financeiros (taxas de juros, de contribuição de Servidores Ativos, Compensação Previdenciária, adoção de carência, etc.) expostos e utilizados no decorrer deste processo de Avaliação Atuarial.

## 14.2. Resultados

Apresentaremos nesta seção, o Plano de Custeio obtido para o cenário proposto, computados com base na metodologia exposta neste documento. Todos os percentuais exibidos estão em função da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos.

### 14.2.1.O Sistema Atual

Nesta seção analisaremos a viabilidade financeira do Plano de Custeio proposto para o sistema previdenciário do Município. Para tal construiremos o cenário que se assemelhe ao da situação existente na Municipalidade. De posse deste cenário, avaliaremos o custo da concessão e manutenção dos benefícios nele contidos.

A seguir, descreveremos sucintamente, as hipóteses e parâmetros atuariais e financeiros adotados, associando-os à realidade vivida pelo Município. Para tal, nos baseamos além da Lei Orgânica e do Estatuto do Servidor, nas legislações específicas em vigor tanto Federais como Municipais.

A Legislação analisada respeita os benefícios dos Servidores definidos e se mostra preocupada em garantir o futuro do Plano de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Municipais. Entretanto devemos levantar algumas observações da realidade atual do Sistema que pode levar o RPPS a complicações políticas e financeiras.

Tão fundamental quanto a elaboração de uma legislação consistente é a realização da Avaliação Atuarial anual para a definição dos percentuais de contribuições previdenciárias a serem aplicados aos servidores, Prefeitura, Autarquias e Câmara. Desta forma garantir-se-á um plano de custeio adequado a realidade de concessões de benefícios no Município.

Os contribuintes obrigatórios do RPPS são os servidores públicos ativos efetivos do Município que fizeram opção ao regime estatutário de trabalho e os aposentados e pensionistas também vinculados a este regime.

Para o processamento da Avaliação Atuarial, foi necessário computarmos o valor do último salário ou remuneração de contribuição do servidor ativo e dos inativos, pois as aposentadorias e pensões serão concedidas com base na integralidade destas remunerações ou na média dos 80% maiores últimos salários. Daí surge a necessidade de apurarmos o percentual de crescimento salarial dos servidores.

Consideramos como crescimento salarial:

- Adicional por Tempo de Serviço;
- Sexta-Parte do Vencimento;
- Adicional de Magistério (quando existente);
- Plano de Carreira (Cargos e Salários quando existente).

Os dois primeiros adicionais foram utilizados para todos os Servidores. Para os Servidores com direito a Aposentadoria por Magistério, além dos dois primeiros, computamos também o Adicional de Magistério.

Quanto ao crescimento salarial utilizado no cenário apresentado neste estudo foi definido através dos estudos de Montello, que corresponde a **1%** ao ano.

O objetivo do estudo atuarial é reavaliar as fontes de custeio do plano de benefícios dos servidores Municipais.

Falar em capitalização como forma de financiamento de encargos previdenciários significa que cada participante do plano (servidor) irá constituir uma poupança (reserva) ao longo de sua vida laborativa que será utilizada para o pagamento de seu benefício. Dentro desta perspectiva, utilizamos a prerrogativa de que a população atual de servidores custeará os seus próprios benefícios, a partir do momento que fizerem jus aos mesmos. Deste modo, ao calcularmos os encargos e as receitas do sistema, levaremos em consideração somente os atuais participantes, ou seja, não consideraremos novas entradas na população atual, exceto entradas para "reposição" dos servidores que se aposentarem, ou seja, sem crescimento do quadro de servidores. Desta forma, teremos o Plano Previdenciário gerido pelo Regime de Capitalização.

#### 14.2.2. Plano de Custeio para a Situação Atual Plano Previdenciário

O cenário aqui analisado baseia-se na situação inicial proposta ao sistema, ou seja, utiliza parâmetros atuariais e financeiros que serão adotados pelo Município, constituindo estes, as bases ideais ao modelo sendo a parte de contribuição previdenciária que cabe ao servidor em **14%** e a do Ente e demais autarquias em **22%**, comumente chamada de alíquota normal de contribuição patronal, no decorrer de todo o período de avaliação atuarial.

O quadro abaixo demonstra o custo, em percentual da folha da remuneração dos ativos, de cada benefício oferecido pelo Regime Próprio.

Benefício	Custo Normal *
Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	<b>24,11</b>
Aposentadoria por Invalidez	<b>2,69</b>
Pensão por Morte de Segurado Ativo	<b>1,21</b>
Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	<b>5,89</b>
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	<b>0,10</b>
Auxílio Doença	<b>0,00</b>
Salário Maternidade	<b>0,00</b>
Auxílio Reclusão	<b>0,00</b>
Salário Família	<b>0,00</b>
Base de Incidência das Contribuições	<b>Folha de Remuneração dos Ativos</b>

Totalizando assim os **34%** de contribuição somadas, cobrindo assim todos os benefícios oferecidos pelo Plano. Além dos **2%** referente às despesas administrativas.

##### 14.2.2.1. Regime de Repartição Simples

Os benefícios custeados pelo regime de repartição simples são:

Benefício	Custo Normal *
Auxílio Doença	<b>0,00</b>
Salário Maternidade	<b>0,00</b>
Auxílio Reclusão	<b>0,00</b>
Salário Família	<b>0,00</b>

Representando assim **3%** da contribuição total.

##### 14.2.2.2. Regime de Repartição de Capitais de Cobertura

Os benefícios custeados pelo regime de repartição de capitais de cobertura são:

Benefício	Custo Normal *
Aposentadoria por Invalidez	<b>2,69</b>
Pensão por Morte de Segurado Ativo	<b>1,21</b>
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	<b>0,10</b>

Representando assim **4,00%** da contribuição total.

### 14.2.2.3. Regime de Capitalização

Os benefícios custeados pelo regime de capitalização são:

Benefício	Custo Normal *
Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória.	<b>24,11</b>
Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória.	<b>5,89</b>

Representando assim **29,00%** da contribuição total. Apresentamos então os resultados da aplicação do regime de capitalização ao longo de 75 anos contemplados por esta avaliação atuarial.

**Tabela 8. O Plano de Custeio**

<b>Ativos Garantidores do Plano</b>	<b>74.142.912,50</b>
Valor Atual dos Salários Futuros (Ativos)	149.568.032,62
Valor Atual dos Salários Futuros (Inativos)	10.939.554,11
<b>Valor Atual dos Salários Futuros (Total)</b>	<b>160.507.586,73</b>
Contribuição Patronal	23.930.872,76
Contribuição Servidor (Ativos)	20.939.528,56
Contribuição Servidor (Aposentados)	1.508.647,61
Contribuição Servidor (Pensionistas)	149.503,10
Valor Atual da Contribuição Futura	46.528.552,03
Receita Comprev a Conceder	9.329.049,95
Receita Comprev Concedidos	8.876.857,36
<b>Receita Comprev Total</b>	<b>18.205.907,31</b>
Outras Receitas	0,00
Juros	0,00
<b>Total Receitas</b>	<b>64.734.459,34</b>
Benefícios Futuros a Conceder Programada	75.817.940,37
Benefícios Futuros a Conceder Magistério	12.843.694,65
Benefícios Futuros a Conceder Outras Esp.	0,00
Benefícios Futuros a Conceder Invalidez	0,00
Benefícios Futuros a Conceder Pensão	4.628.854,98
<b>Benefícios Futuros a Conceder</b>	<b>93.290.490,00</b>
Benefícios Futuros Concedidos Programada	62.946.050,11
Benefícios Futuros Concedidos Magistério	5.204.635,90
Benefícios Futuros Concedidos Outras Esp.	0,00
Benefícios Futuros Concedidos Invalidez	3.316.141,12
Benefícios Futuros Concedidos Pensão	17.301.728,24
<b>Benefícios Futuros Concedidos</b>	<b>88.768.555,37</b>
Benefícios Futuros (Concedidos e a Conceder)	182.059.045,37
<b>Resultado Atuarial</b>	<b>(43.181.673,51)</b>
Despesas Administrativas	2.991.368,28
Despesas RCC	5.982.721,78
Benefícios Futuros A Conceder Iminentes	16.002.108,01
Índice de Cobertura %	63,19
Custo Normal %	55,89
Alíquota Efetiva de Contrib. Previd. %	14,00

Como vemos no ensaio acima, a forma de contribuição por parte da Prefeitura, Câmara e Autarquia, bem como dos servidores, para custear o sistema previdenciário, conforme tabela (8) e de conformidade com a Lei 9717/98, mostra-se insuficiente diante das taxas aplicadas, constituindo um

resultado atuarial deficitário no valor de **R\$ 43.181.673,51**. As despesas administrativas representam o valor de **R\$ 2.991.368,28**, já subtraídas da alíquota patronal. **ANEXOS I e II**.

Porém, para o equacionamento do déficit atuarial apurado, vamos sugerir a seguir cenários que promovam o equilíbrio financeiro-atuarial do Regime de Previdência, ressaltando que fica a critério do Instituto e do Ente praticar, dentre os cenários propostos, aquele que melhor se adequar às circunstâncias financeiras do município, tendo em vista que qualquer uma das propostas escolhida proporcionará o equacionamento atuarial necessário.

### 14.3. Sugestões para o Equilíbrio do Plano Previdenciário

#### 14.3.1. Alíquota Única Suplementar

Para o primeiro cenário proposto, esta avaliação atuarial encontrou o valor da alíquota patronal total que, se praticada em todo período de equacionamento do déficit atuarial para um plano capitalizado, ou seja, nos próximos **36 anos**, irá promover o equilíbrio do regime. Esta alíquota encontrada foi de **37,4%**, ou seja, **22% de alíquota normal** proposta por este estudo mais **15,4% de alíquota suplementar**, que deveria ser praticada de imediato, fomentando a solvência do regime.

Porém, analisando a situação do município, esta alíquota tornar-se-ia impraticável para as atuais condições financeiras do Ente podendo conduzi-lo ao descumprimento da Lei da Responsabilidade Fiscal.

#### 14.3.2. Alíquotas Suplementares Progressivas

Para este cenário foi proposto um plano de alíquotas suplementares praticadas com aumento progressivo ao longo dos anos, visando proporcionar ao município tempo para adequar suas condições financeiras às necessidades do Regime de Previdência, ficando os valores dos aportes a serem feitos pelo Ente conforme a tabela abaixo:

**Tabela 9a. Plano de Alíquotas Suplementares definido pela Avaliação Atuarial**

2020	5,00%
2021	6,00%
2022	6,00%
2023	12,00%
2024	17,00%
2025	17,00%
2026	17,00%
2027	17,00%
2028	17,00%
2029	17,00%
2030	18,00%
2031	18,00%
2032	18,00%
2033	18,00%
2034	18,00%
2035	18,00%
2036	18,00%
2037	18,00%
2038	18,00%
2039	18,00%
2040	18,00%
2041	18,00%
2042	18,00%
2043	18,00%
2044	18,00%
2045	18,00%
2046	18,00%
2047	18,00%
2048	18,00%
2049	18,00%
2050	18,00%
2051	18,00%
2052	18,00%
2053	18,00%
2054	18,00%
2055	18,00%

#### 14.3.3. Aportes Escalonados

Para este cenário foi proposto um plano de aportes praticados com aumento progressivo ao longo dos anos, visando proporcionar ao município tempo para adequar suas condições financeiras às necessidades do Regime de Previdência, ficando os valores dos aportes a serem feitos pelo Ente conforme a tabela abaixo:

A vantagem dos aportes sobre as alíquotas é que estes não impactam na Lei de Responsabilidade Fiscal.



**Tabela 9b. Plano de Aportes pela Avaliação Atuarial**

2020	840.833,01	2033	3.445.007,03	2045	3.881.920,15
2021	1.019.089,61	2034	3.479.457,10	2046	3.920.739,35
2022	1.029.280,50	2035	3.514.251,67	2047	3.959.946,75
2023	2.079.146,62	2036	3.549.394,19	2048	3.999.546,21
2024	2.974.912,28	2037	3.584.888,13	2049	4.039.541,68
2025	3.004.661,41	2038	3.620.737,01	2050	4.079.937,09
2026	3.034.708,02	2039	3.656.944,38	2051	4.120.736,46
2027	3.065.055,10	2040	3.693.513,83	2052	4.161.943,83
2028	3.095.705,65	2041	3.730.448,97	2053	4.203.563,27
2029	3.126.662,71	2042	3.767.753,46	2054	4.245.598,90
2030	3.343.689,89	2043	3.805.430,99	2055	4.288.054,89
2031	3.377.126,78	2044	3.843.485,30		
2032	3.410.898,05				

**Os aportes deverão ser pagos mensalmente, dividindo-se o valor anual do aporte em 12 parcelas iguais.**

Desta forma, com o plano de contribuição por parte da Prefeitura, Câmara e Autarquias para custear o sistema previdenciário, de conformidade com a Lei 9717/98, através de seus percentuais de contribuição normal e aporte financeiro da prefeitura, autarquias e servidor, evidenciando que a contribuição da prefeitura e autarquias não ultrapasse o dobro da contribuição realizada pelo servidor, repasses por conta da compensação previdenciária e rendimentos de aplicações financeiras, fica demonstrado o Equilíbrio Financeiro e Atuarial do plano previdenciário do RPPS.

Definido assim um dos planos de contribuição por parte da Prefeitura, Câmara e Autarquias, sugeridos para custear o sistema previdenciário, de conformidade com a Lei 9717/98, através de seus percentuais de contribuição normal e aporte financeiro da prefeitura, autarquias e servidor, evidenciando que a contribuição da prefeitura e autarquias não ultrapasse o dobro da contribuição realizada pelo servidor, repasses por conta da compensação previdenciária e rendimentos de aplicações financeiras, fica equacionado o déficit atuarial em um período de **36 anos**, conforme exige a Legislação Previdenciária (Portaria nº 403 de 10 de dezembro de 2008). O detalhamento financeiro deste cenário encontra-se no final desta avaliação no **ANEXO V**.

#### **14.3.4.Recomendações e Avaliação das Taxas Obtidas**

O plano de Custeio resultante deste cenário, cujos parâmetros refletem a realidade do Município onde foi considerado o crescimento médio real anual de salário de **1%** e carregamento administrativo de **2%**, apresentou uma taxa final de contribuição (Tabela 9) suficiente demonstrando que com este procedimento o plano é viável dentro da realidade do Município e dentro dos parâmetros estabelecidos pela Lei 9717/98.

Para o ano corrente, ou seja, **2020** ficam estabelecidos os percentuais de contribuição normal de **14%** para o servidor e de **22%** para a parte patronal, além do Plano de Amortização escolhido pelo Ente Federativo (alíquotas suplementares ou aportes).

Para os anos seguintes, fica expresso como recomendação a aplicação da tabela (9) (aportes ou alíquotas suplementares de contribuição previdenciária ao longo dos anos compreendidos nesta avaliação atuarial). No entanto, qualquer percentual ou valor acima deste fará com que em avaliações atuariais futuras, o déficit atuarial seja menor e conseqüentemente podendo ser equacionado de forma mais uniforme e rápido, visto que hoje existe uma solução de equilíbrio atuarial crescente no decorrer dos anos, porém, com equacionamento atuarial dentro do período estabelecido por Lei.

O cenário processado ajusta-se perfeitamente as necessidades do **Município de Tambaú**, refletindo o avanço do raciocínio dos técnicos envolvidos neste projeto. Assim, procuramos expor toda a metodologia empregada, desde a idéia inicial até o modelo analisado. A escolha do cenário foi uma

decisão político-financeira onde se consideraram as aspirações e necessidades do Instituto, bem como as disponibilidades financeiras do Município.

Dados financeiros demonstrativos em valores atuais, consta dos anexos.

#### 14.4. Parecer Atuarial Plano Previdenciário

Face aos resultados obtidos, levando em consideração os dados dos servidores municipais referentes a **31 de dezembro de 2.019** do **Município de Tambaú** e a legislação vigente (Lei nº. 9.717, Emendas Constitucionais nº. 20, nº. 41, nº. 47 e nº. 70, Portaria MPAS nº. 4.992/99, 402/08, 464/18 e leis locais em vigor), bem como as premissas básicas de cálculo e metodologia aplicada, pode-se concluir que:

O Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais de Tambaú possui um sistema de cadastro consistente, que será atualizado semestralmente no que diz respeito aos servidores ativos, bem com os servidores inativos e pensionistas que virão a compor o quadro de servidores vinculados ao Instituto, e está procedendo ao cadastramento dos novos servidores ativos no momento da admissão, apresentando uma base cadastral consistente. Foram contemplados no Plano Previdenciário **603 Servidores Ativos, 174 Aposentados e 51 Pensionistas**.

O Ativo Real do Regime é de **R\$ 70.491.710,03**. O Instituto aplica alíquota normal de contribuição previdenciária de **22%** da parte patronal e **14%** da parte do servidor. Além da alíquota normal de contribuição está sendo praticado o Plano de Amortização com as seguintes alíquotas:

2020	5,00%
2021	6,00%
2022	6,00%
2023	12,00%
2024	17,00%
2025	17,00%
2026	17,00%
2027	17,00%
2028	17,00%
2029	17,00%
2030	18,00%
2031	18,00%
2032	18,00%

2033	18,00%
2034	18,00%
2035	18,00%
2036	18,00%
2037	18,00%
2038	18,00%
2039	18,00%
2040	18,00%
2041	18,00%
2042	18,00%
2043	18,00%
2044	18,00%

2045	18,00%
2046	18,00%
2047	18,00%
2048	18,00%
2049	18,00%
2050	18,00%
2051	18,00%
2052	18,00%
2053	18,00%
2054	18,00%
2055	18,00%

Com a aplicação das alíquotas normais somadas aos aportes do Plano de Amortização, o resultado apurado para o exercício é de superávit em **R\$ 2.849.745,55**. As despesas administrativas representam **2%** dos **22%** da alíquota patronal normal, ou seja, tais despesas foram computadas no cálculo atuarial, representando um total de **R\$ 2.991.368,28**.

Os rendimentos provenientes dos investimentos do ativo disponível apresentaram resultado real de **7,61%**, ficando abaixo da meta atuarial definida em **10,56%** (IPCA + 6%).

Portanto, dentro da proposta de equilíbrio atuarial, está a alíquota de contribuição previdenciária recomendada, aporte financeiro e de recursos provenientes de processos de compensação previdenciária entre o Instituto e o Ministério da Previdência Social, bem como aplicação dos recursos financeiros disponíveis no mercado de investimentos, uma perfeita administração nos custos de manutenção do Instituto de Previdência e uma correta avaliação na concessão dos processos de aposentadoria e pensão, visando o equilíbrio no regime, de uma forma mais rápida e consistente.

É necessário salientar a importância do repasse regular da quota de contribuição previdenciária ao Instituto, do Município e suas autarquias, o que permitirá, através de uma eficiente administração de recursos, a melhora da situação financeira do Regime Próprio de Previdência, visto que qualquer

necessidade financeira do Regime recairá sobre o custo especial/suplementar para o ente, em futuras avaliações atuariais.

#### Comparativos dos últimos 3 exercícios

	2017	2018	2019
Ativo	66.415.567,59	70.491.710,03	74.142.912,50
Alíquota Praticada	33%	33%	36%
Resultado Atuarial	<b>-39.441.813,46</b>	<b>-43.939.380,21</b>	<b>-43.181.673,51</b>
Índice de Cobertura	<b>62,74%</b>	<b>61,60%</b>	<b>63,19%</b>
Número de Servidores	621	629	603
Despesa com Servidores	1.122.454,05	1.205.626,47	1.280.781,43
Número de Aposentados	141	148	174
Despesa com Aposentados	348.710,09	357.290,62	506.940,64
Número de Pensionistas	45	42	51
Despesa com Pensionistas	58.340,89	55.282,25	79.505,45

Podemos observar uma pequena diminuição no déficit atuarial que se deve principalmente ao aumento do valor da alíquota funcional de 11% para 14%.

Desta forma, sem prejuízo do Equilíbrio Financeiro Atuarial, visando preservar o princípio da eficiência e principalmente da economicidade, propomos a reformulação do quadro geral de alíquotas de contribuição do município, aumentando a alíquota normal e restabelecendo um Plano de Amortização suficiente para promover o equilíbrio financeiro e atuarial, uma vez que o atual plano de amortização é mais do que suficiente e onera o Ente Federativo de forma desnecessária.

Crescimento Salarial			
2017/2016	2018/2017	2019/2018	Média
0,89%	0,92%	0,93%	0,91%

O crescimento salarial real utilizado no cenário apresentado neste estudo foi definido através da alíquota limite permitida, que corresponde a **1%** ao ano. A criação do Instituto no exercício anterior não permitiu reunir dados suficientemente precisos para a correta apuração do crescimento salarial, ficando esse estudo para as próximas avaliações atuariais. Para a taxa real de crescimento dos benefícios do plano foi valor de **0%**.

Abaixo apresentaremos os resultados de forma conclusiva, como devem ser apresentados ao MPS através da postagem do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial, segundo as instruções de preenchimento.

**F.1.** Idade hipotética, por sexo, adotada nesta avaliação como primeira vinculação a qualquer regime previdenciário para suprir deficiência cadastral no cálculo da estimativa do tempo de contribuição, ou a justificativa técnica pertinente, conforme quadro:

Idade hipotética adotada nesta avaliação como primeira vinculação a regime previdenciário - Masculino	19,56
Idade hipotética adotada nesta avaliação como primeira vinculação a regime previdenciário - Feminino	21,57
Justificativa Técnica: É a média apurada através da base de dados livre de inconsistências, com recadastramento atualizado, da data de entrada dos servidores ativos.	

**F.2.** Idade média projetada, por sexo, verificada na avaliação atuarial para a aposentadoria programada dos servidores válidos, conforme quadro:

Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Não Professores - Masculino	71,37
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Não Professores - Feminino	68,45
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Professores - Masculino	68,71
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Professores - Feminino	64,96

**F.3.** A Meta Atuarial (Bruta = juros + inflação) no último exercício conforme a Política de Investimentos, a rentabilidade nominal (Bruta = Juros+Inflação) no último exercício auferida na aplicação dos recursos do RPPS calculada com base na Taxa Interna de Retorno (TIR) anualizada, percentual da inflação anual identificando o indexador e a justificativa técnica quanto à adequação da taxa de juros reais adotada na avaliação comparada à rentabilidade auferida na aplicação dos recursos do RPPS e o estabelecido na Política de Investimentos, conforme quadro - (em percentuais):

Meta Atuarial (Bruta = juros + inflação) no último exercício - Política de Investimentos	10,56
Rentabilidade nominal (Bruta = juros + inflação) no último exercício	<b>7,61</b>
Inflação anual - no último exercício:	4,56
Indexador:	IPCA
Justificativa Técnica: Limite prudencial permitido pela portaria MPS 403/08.	

**F.4.** A justificativa técnica para eventuais discrepâncias da taxa anual real de crescimento da remuneração adotada nesta avaliação e a média da taxa anual real de crescimento da remuneração dos últimos três anos, conforme quadro:

Taxa média anual real de crescimento da remuneração nos últimos três anos	1%
Justificativa Técnica: Limite permitido pela portaria, a formulação exigida pelo MPS não é suficiente para analisar o real crescimento salarial. Ausência de dados reais suficientes para a devida apuração.	

**F.5.** A justificativa técnica para eventuais discrepâncias da taxa anual real de crescimento dos benefícios do plano adotada nesta avaliação comparada com a verificada na análise dos benefícios, conforme quadro:

Taxa média anual real de crescimento dos benefícios verificada na análise dos benefícios	0%
Justificativa Técnica: Valor permitido pela portaria MPS 403/08.	

**F.6.** Elaborar quadro referente aos compromissos do plano, relativos aos benefícios avaliados em regime financeiro de capitalização, com a separação entre os compromissos dos integrantes da geração atual e das gerações futuras.

Não foram contempladas gerações futuras.

**F.7.** Descrever os parâmetros e critérios utilizados no cálculo dos compromissos dos novos entrantes que integrarão as massas de segurados das gerações futuras.

Parâmetros e critérios utilizados no cálculo dos compromissos dos novos entrantes que integrarão as massas de segurados das gerações futuras	
Descrição: Não foram contempladas gerações futuras.	

Assim, diante dos argumentos aqui expostos, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais, devendo com isto ressaltar que os senhores dirigentes continuem atentos a estas considerações e cientes de sua significância nos rumos que tomará o **Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município de Tambaú**.

#### **Certificado**

**Certifico** para os devidos fins, que este Demonstrativo representa o Resumo do Cálculo Atuarial por mim realizado, sendo os resultados de minha inteira responsabilidade para quaisquer aspectos legais.

#### **- Atuário Responsável pela Avaliação**

Nome: **André Sablewski Grau**  
MIBA: **2372**  
CPF: **31345899823**  
Correio eletrônico: [andregrau@gmail.com](mailto:andregrau@gmail.com)  
Telefone: **(016) 91657754**

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Certifico** para os devidos fins, que este é o Demonstrativo Oficial, referente ao exercício em questão, estando ciente das informações repassadas pelo atuário responsável técnico.

#### **- Representante Legal do RPPS**

Nome: **Marcio Augusto Felipe**  
Cargo: **Diretor Presidente**  
CPF: **02443690890**  
Correio eletrônico: [fuprevit@tambau.sp.gov.br](mailto:fuprevit@tambau.sp.gov.br)  
Telefone: **(019) 36739500**

**Assinatura:** \_\_\_\_\_



## 15. Anexos



## Anexo I

### RESUMO DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL Tambaú – IBGE 2018 – Deficitário

<b>Ativos Garantidores do Plano</b>	<b>74.142.912,50</b>
Valor Atual dos Salários Futuros (Ativos)	149.568.032,62
Valor Atual dos Salários Futuros (Inativos)	10.939.554,11
<b>Valor Atual dos Salários Futuros (Total)</b>	<b>160.507.586,73</b>
Contribuição Patronal	23.930.872,76
Contribuição Servidor (Ativos)	20.939.528,56
Contribuição Servidor (Aposentados)	1.508.647,61
Contribuição Servidor (Pensionistas)	149.503,10
Valor Atual da Contribuição Futura	46.528.552,03
Receita Comprev a Conceder	9.329.049,95
Receita Comprev Concedidos	8.876.857,36
<b>Receita Comprev Total</b>	<b>18.205.907,31</b>
Outras Receitas	0,00
Juros	0,00
<b>Total Receitas</b>	<b>64.734.459,34</b>
Benefícios Futuros a Conceder Programada	75.817.940,37
Benefícios Futuros a Conceder Magistério	12.843.694,65
Benefícios Futuros a Conceder Outras Esp.	0,00
Benefícios Futuros a Conceder Invalidez	0,00
Benefícios Futuros a Conceder Pensão	4.628.854,98
<b>Benefícios Futuros a Conceder</b>	<b>93.290.490,00</b>
Benefícios Futuros Concedidos Programada	62.946.050,11
Benefícios Futuros Concedidos Magistério	5.204.635,90
Benefícios Futuros Concedidos Outras Esp.	0,00
Benefícios Futuros Concedidos Invalidez	3.316.141,12
Benefícios Futuros Concedidos Pensão	17.301.728,24
<b>Benefícios Futuros Concedidos</b>	<b>88.768.555,37</b>
<b>Benefícios Futuros (Concedidos e a Conceder)</b>	<b>182.059.045,37</b>
<b>Resultado Atuarial</b>	<b>(43.181.673,51)</b>
Despesas Administrativas	2.991.368,28
Despesas RCC	5.982.721,78
Benefícios Futuros A Conceder Iminentes	16.002.108,01
<b>Índice de Cobertura %</b>	<b>63,19</b>
Custo Normal %	55,89
Alíquota Efetiva de Contrib. Previd. %	14,00

## Anexo II

### DEMONSTRATIVO DAS PROJEÇÕES ATUARIAIS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA

(Artigo 53, §1º, Inciso II da LRF)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

#### Tambaú - IBGE 2018 - Deficitário

Ano	Receita Patronal	Outras Receita	Despesas	Saldo Fundo
2020	2.338.092,20	2.984.106,88	8.112.014,79	71.353.096,79
2021	2.167.363,66	2.824.663,07	7.996.262,50	68.348.861,03
2022	2.014.012,77	2.665.368,28	7.816.633,06	65.211.609,01
2023	1.872.587,00	2.515.437,10	7.622.359,08	61.977.274,03
2024	1.720.087,37	2.366.167,81	7.527.857,76	58.535.671,45
2025	1.602.906,73	2.234.429,23	7.295.994,99	55.077.012,43
2026	1.468.196,29	2.099.692,13	7.184.267,52	51.460.633,33
2027	1.316.755,78	1.961.031,19	7.183.998,88	47.554.421,42
2028	1.186.352,53	1.833.047,92	7.105.874,19	43.467.947,68
2029	1.066.476,39	1.709.223,39	6.973.969,16	39.269.678,31
2030	964.223,30	1.598.443,93	6.802.757,29	35.029.588,24
2031	874.422,68	1.487.845,93	6.543.302,21	30.848.554,64
2032	795.090,16	1.385.598,79	6.281.801,95	26.747.441,64
2033	706.643,33	1.286.490,40	6.110.574,51	22.630.000,87
2034	599.373,74	1.182.579,71	6.051.867,76	18.360.086,56
2035	534.500,16	1.092.886,33	5.776.312,41	14.211.160,64
2036	473.340,90	1.009.642,78	5.533.508,95	10.160.635,37
2037	420.525,16	922.993,28	5.213.540,04	6.290.613,77
2038	350.826,02	817.642,35	4.872.239,86	2.586.842,28
<b>2039</b>	<b>286.361,43</b>	<b>743.210,81</b>	<b>4.705.932,52</b>	<b>-1.089.518,00</b>
2040	243.652,10	671.085,52	4.380.675,05	-4.555.455,44
2041	200.387,79	613.099,72	4.196.052,89	-7.938.020,81
2042	166.848,11	548.852,12	3.891.071,78	-11.113.392,36
2043	136.237,88	492.013,56	3.616.018,12	-14.101.159,04
2044	109.442,05	443.789,46	3.382.693,17	-16.930.620,70
2045	81.304,94	393.422,99	3.146.675,44	-19.602.568,22
2046	60.368,89	349.954,88	2.904.987,82	-22.097.232,27
2047	47.013,06	316.483,06	2.690.824,37	-24.424.560,52
2048	36.587,76	286.900,07	2.489.699,07	-26.590.771,75
2049	28.744,27	253.268,17	2.237.649,54	-28.546.408,86
2050	19.596,58	221.642,69	2.014.536,40	-30.319.705,99
2051	14.580,33	194.509,05	1.790.342,72	-31.900.959,33
2052	10.546,01	174.554,48	1.627.608,27	-33.343.467,10
2053	8.614,30	156.308,45	1.466.412,43	-34.644.956,78
2054	5.754,48	136.208,53	1.298.828,64	-35.801.822,41
2055	1.970,20	118.517,90	1.156.662,18	-36.837.996,49
2056	853,72	105.464,14	1.036.677,29	-37.768.355,92
2057	232,66	95.357,73	941.630,95	-38.614.396,47
2058	0,00	85.988,04	850.521,04	-39.378.929,46
2059	0,00	76.357,12	754.732,53	-40.057.304,87
2060	0,00	62.863,83	624.329,44	-40.618.770,48
2061	0,00	52.809,12	524.753,79	-41.090.715,15
2062	0,00	45.872,14	455.569,63	-41.500.412,64
2063	0,00	39.362,64	390.650,08	-41.851.700,07



2064	0,00	32.357,61	320.902,14	-42.140.244,60
2065	0,00	25.709,30	255.132,05	-42.369.667,35
2066	0,00	20.997,64	208.986,39	-42.557.656,10
2067	0,00	16.276,23	162.762,20	-42.704.142,08
2068	0,00	12.549,00	125.489,95	-42.817.083,02
2069	0,00	9.087,64	90.876,30	-42.898.871,68
2070	0,00	6.713,18	67.131,75	-42.959.290,25
2071	0,00	4.868,57	48.685,63	-43.003.107,32
2072	0,00	3.568,49	35.684,93	-43.035.223,75
2073	0,00	2.752,36	27.523,60	-43.059.994,99
2074	0,00	2.272,68	22.726,79	-43.080.449,10
2075	0,00	1.788,36	17.883,59	-43.096.544,33
2076	0,00	1.445,70	14.456,98	-43.109.555,60
2077	0,00	1.114,83	11.148,29	-43.119.589,07
2078	0,00	957,46	9.574,60	-43.128.206,21
2079	0,00	855,27	8.552,71	-43.135.903,65
2080	0,00	709,01	7.090,16	-43.142.284,80
2081	0,00	661,99	6.619,90	-43.148.242,71
2082	0,00	625,19	6.251,87	-43.153.869,40
2083	0,00	590,45	5.904,55	-43.159.183,50
2084	0,00	484,67	4.846,74	-43.163.545,56
2085	0,00	451,51	4.515,10	-43.167.609,15
2086	0,00	402,94	4.029,43	-43.171.235,64
2087	0,00	378,56	3.785,65	-43.174.642,73
2088	0,00	282,71	2.827,16	-43.177.187,17
2089	0,00	267,02	2.670,26	-43.179.590,41
2090	0,00	100,05	1.000,55	-43.180.490,91
2091	0,00	76,91	769,13	-43.181.183,12
2092	0,00	54,49	544,88	-43.181.673,51
2093	0,00	0,00	0,00	-43.181.673,51
<b>2094</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-43.181.673,51</b>

## Anexo III

### DEMONSTRATIVO DAS PROJEÇÕES ATUARIAIS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA

(Artigo 53, §1º, Inciso II da LRF)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

#### Tambaú - IBGE 2018 – Equacionado (Alíquota Normal + Suplementar)

Ano	Receita Patronal	Outras Receita	Despesas	Saldo Fundo
2020	3.178.925,21	2.984.106,88	8.112.014,79	72.193.929,80
2021	3.129.767,67	2.824.663,07	7.996.262,50	70.152.098,04
2022	2.931.972,96	2.665.368,28	7.816.633,06	67.932.806,22
2023	3.623.724,59	2.515.437,10	7.622.359,08	66.449.608,83
2024	4.086.303,29	2.366.167,81	7.527.857,76	65.374.222,17
2025	3.859.850,80	2.234.429,23	7.295.994,99	64.172.507,21
2026	3.620.914,69	2.099.692,13	7.184.267,52	62.708.846,51
2027	3.370.061,65	1.961.031,19	7.183.998,88	60.855.940,47
2028	3.144.836,74	1.833.047,92	7.105.874,19	58.727.950,94
2029	2.934.517,80	1.709.223,39	6.973.969,16	56.397.722,97
2030	2.850.808,87	1.598.443,93	6.802.757,29	54.044.218,48
2031	2.673.885,73	1.487.845,93	6.543.302,21	51.662.647,93
2032	2.511.454,01	1.385.598,79	6.281.801,95	49.277.898,78
2033	2.343.745,50	1.286.490,40	6.110.574,51	46.797.560,17
2034	2.160.874,54	1.182.579,71	6.051.867,76	44.089.146,66
2035	2.023.890,85	1.092.886,33	5.776.312,41	41.429.611,43
2036	1.893.951,53	1.009.642,78	5.533.508,95	38.799.696,79
2037	1.775.532,00	922.993,28	5.213.540,04	36.284.682,03
2038	1.643.258,64	817.642,35	4.872.239,86	33.873.343,16
2039	1.519.109,52	743.210,81	4.705.932,52	31.429.730,97
2040	1.419.471,88	671.085,52	4.380.675,05	29.139.613,32
2041	1.321.908,22	613.099,72	4.196.052,89	26.878.568,37
2042	1.236.576,73	548.852,12	3.891.071,78	24.772.925,44
2043	1.156.566,43	492.013,56	3.616.018,12	22.805.487,31
2044	1.082.651,83	443.789,46	3.382.693,17	20.949.235,43
2045	1.009.571,89	393.422,99	3.146.675,44	19.205.554,87
2046	945.768,48	349.954,88	2.904.987,82	17.596.290,41
2047	891.524,90	316.483,06	2.690.824,37	16.113.474,00
2048	842.100,04	286.900,07	2.489.699,07	14.752.775,04
2049	797.058,00	253.268,17	2.237.649,54	13.565.451,67
2050	752.429,58	221.642,69	2.014.536,40	12.524.987,54
2051	713.571,10	194.509,05	1.790.342,72	11.642.724,97
2052	677.257,39	174.554,48	1.627.608,27	10.866.928,57
2053	644.536,95	156.308,45	1.466.412,43	10.201.361,54
2054	612.310,22	136.208,53	1.298.828,64	9.651.051,65
2055	580.515,20	118.517,90	1.156.662,18	9.193.422,57
2056	853,72	105.464,14	1.036.677,29	8.263.063,14
2057	232,66	95.357,73	941.630,95	7.417.022,58
2058	0,00	85.988,04	850.521,04	6.652.489,58
2059	0,00	76.357,12	754.732,53	5.974.114,17
2060	0,00	62.863,83	624.329,44	5.412.648,56
2061	0,00	52.809,12	524.753,79	4.940.703,89
2062	0,00	45.872,14	455.569,63	4.531.006,40

2063	0,00	39.362,64	390.650,08	4.179.718,96
2064	0,00	32.357,61	320.902,14	3.891.174,43
2065	0,00	25.709,30	255.132,05	3.661.751,68
2066	0,00	20.997,64	208.986,39	3.473.762,93
2067	0,00	16.276,23	162.762,20	3.327.276,96
2068	0,00	12.549,00	125.489,95	3.214.336,01
2069	0,00	9.087,64	90.876,30	3.132.547,35
2070	0,00	6.713,18	67.131,75	3.072.128,78
2071	0,00	4.868,57	48.685,63	3.028.311,72
2072	0,00	3.568,49	35.684,93	2.996.195,28
2073	0,00	2.752,36	27.523,60	2.971.424,04
2074	0,00	2.272,68	22.726,79	2.950.969,93
2075	0,00	1.788,36	17.883,59	2.934.874,70
2076	0,00	1.445,70	14.456,98	2.921.863,42
2077	0,00	1.114,83	11.148,29	2.911.829,96
2078	0,00	957,46	9.574,60	2.903.212,82
2079	0,00	855,27	8.552,71	2.895.515,38
2080	0,00	709,01	7.090,16	2.889.134,23
2081	0,00	661,99	6.619,90	2.883.176,32
2082	0,00	625,19	6.251,87	2.877.549,64
2083	0,00	590,45	5.904,55	2.872.235,54
2084	0,00	484,67	4.846,74	2.867.873,47
2085	0,00	451,51	4.515,10	2.863.809,88
2086	0,00	402,94	4.029,43	2.860.183,39
2087	0,00	378,56	3.785,65	2.856.776,30
2088	0,00	282,71	2.827,16	2.854.231,85
2089	0,00	267,02	2.670,26	2.851.828,61
2090	0,00	100,05	1.000,55	2.850.928,11
2091	0,00	76,91	769,13	2.850.235,89
2092	0,00	54,49	544,88	2.849.745,50
2093	0,00	0,00	0,00	2.849.745,50
<b>2094</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.849.745,50</b>

## Anexo IV

### Relatório de Aposentandos/Especiais (Iminentes)

Matrícula	Nome	Data Nasc.	Situação	Cargo	Data Adm.	Ini Benefi.
1478	DANIEL THOME RIBEIRO	24/10/1951	Ativo	AJUDANTE GERAL	02/09/1994	24/10/2019
10472	JOAO ANDRE MENEGATTI	30/07/1949	Ativo	ADMINISTRADOR DE SETOR	01/07/1972	30/07/2015
2138	MARIA APARECIDA TOR BRICOLERI	12/07/1956	Ativo	PROFESSOR I	01/02/2002	31/01/2020
33279	TELMA DIORIO DA COSTA	11/05/1959	Ativo	ENCARREGADO DE SETOR	02/07/1979	11/05/2019

**Total: 4 Titulares**

**R\$ 14.339,09**



**Anexo V**  
**CONTABILIZAÇÃO DA PROVISÃO MATEMÁTICA**  
**Classificação Contábil conforme Portaria MPS nº95, de 06/03/2007**

OP	Conta	Descrição	R\$
		Ativo Plano Financeiro	
		Ativo Plano Previdenciário	74.142.912,50
		<b>Ativo Real</b>	<b>74.142.912,50</b>
<b>C</b>	<b>2.2.7.2.1.00.00</b>	<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>74.142.912,50</b>
<b>C</b>		<b>PLANO FINANCEIRO</b>	<b>-</b>
<b>C</b>	<b>2.2.7.2.1.01.00</b>	<b>Provisões para Benefícios Concedidos</b>	<b>-</b>
<b>C</b>	<b>2.2.7.2.1.01.01</b>	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	
<b>D</b>	<b>2.2.7.2.1.01.02</b>	Contribuições do Ente	
<b>D</b>	<b>2.2.7.2.1.01.03</b>	Contribuições do Inativo	
<b>D</b>	<b>2.2.7.2.1.01.04</b>	Contribuições do Pensionista	
<b>D</b>	<b>2.2.7.2.1.01.05</b>	Compensação Previdenciária	
<b>D</b>	<b>2.2.7.2.1.01.06</b>	Parcelamento de Débitos Previdenciários	
<b>D</b>	<b>2.2.7.2.1.01.07</b>	Cobertura de Insuficiência Financeira	
<b>C</b>	<b>2.2.7.2.1.02.00</b>	<b>Provisões para Benefícios a Conceder</b>	<b>-</b>
<b>C</b>	<b>2.2.7.2.1.02.01</b>	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	
<b>D</b>	<b>2.2.7.2.1.02.02</b>	Contribuições do Ente	
<b>D</b>	<b>2.2.7.2.1.02.03</b>	Contribuições do Ativo	
<b>D</b>	<b>2.2.7.2.1.02.04</b>	Compensação Previdenciária	
<b>D</b>	<b>2.2.7.2.1.02.05</b>	Parcelamento de Débitos Previdenciários	
<b>D</b>	<b>2.2.7.2.1.02.06</b>	Cobertura de Insuficiência Financeira	
<b>C</b>		<b>PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>	<b>71.293.166,95</b>
<b>C</b>	<b>2.2.7.2.1.03.00</b>	<b>Provisões para Benefícios Concedidos</b>	<b>78.233.547,30</b>
<b>C</b>	<b>2.2.7.2.1.03.01</b>	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	88.768.555,37
<b>D</b>	<b>2.2.7.2.1.03.02</b>	Contribuições do Ente	-
<b>D</b>	<b>2.2.7.2.1.03.03</b>	Contribuições do Inativo	(1.508.647,61)
<b>D</b>	<b>2.2.7.2.1.03.04</b>	Contribuições do Pensionista	(149.503,10)
<b>D</b>	<b>2.2.7.2.1.03.05</b>	Compensação Previdenciária	(8.876.857,36)
<b>C</b>	<b>2.2.7.2.1.04.00</b>	<b>Provisões para Benefícios a Conceder</b>	<b>39.091.038,73</b>
<b>C</b>	<b>2.2.7.2.1.04.01</b>	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	93.290.490,00
<b>D</b>	<b>2.2.7.2.1.04.02</b>	Contribuições do Ente	(23.930.872,76)
<b>D</b>	<b>2.2.7.2.1.04.03</b>	Contribuições do Ativo	(20.939.528,56)
<b>D</b>	<b>2.2.7.2.1.04.04</b>	Compensação Previdenciária	(9.329.049,95)
<b>D</b>	<b>2.2.7.2.1.05.00</b>	<b>Plano de Amortização</b>	<b>(46.031.419,08)</b>
<b>D</b>	<b>2.2.7.2.1.05.98</b>	Outros Créditos	<b>(46.031.419,08)</b>
<b>C</b>	<b>2.2.7.2.1.07.00</b>	<b>PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO</b>	<b>2.849.745,55</b>
<b>C</b>	<b>2.2.7.2.1.07.01</b>	<b>Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário</b>	<b>2.849.745,55</b>
		<b>DÉFICIT ATUARIAL</b>	<b>-</b>

## Anexo VI

### RESUMO DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL Tambaú – IBGE 2018 – Plano de Amortização - Aportes

Ano	Aportes	Base	Saldo	Pgto	Juros	Final
2020	5,00%	16.816.660,18	<b>43.181.673,51</b>	840.833,01	2.543.400,57	44.884.241,07
2021	6,00%	16.984.826,78	44.884.241,07	1.019.089,61	2.643.681,80	46.508.833,26
2022	6,00%	17.154.675,05	46.508.833,26	1.029.280,50	2.739.370,28	48.218.923,04
2023	12,00%	17.326.221,80	48.218.923,04	2.079.146,62	2.840.094,57	48.979.870,99
2024	17,00%	17.499.484,02	48.979.870,99	2.974.912,28	2.884.914,40	48.889.873,11
2025	17,00%	17.674.478,86	48.889.873,11	3.004.661,41	2.879.613,53	48.764.825,23
2026	17,00%	17.851.223,65	48.764.825,23	3.034.708,02	2.872.248,21	48.602.365,42
2027	17,00%	18.029.735,89	48.602.365,42	3.065.055,10	2.862.679,32	48.399.989,64
2028	17,00%	18.210.033,25	48.399.989,64	3.095.705,65	2.850.759,39	48.155.043,38
2029	17,00%	18.392.133,58	48.155.043,38	3.126.662,71	2.836.332,06	47.864.712,73
2030	18,00%	18.576.054,92	47.864.712,73	3.343.689,89	2.819.231,58	47.340.254,42
2031	18,00%	18.761.815,47	47.340.254,42	3.377.126,78	2.788.340,99	46.751.468,63
2032	18,00%	18.949.433,62	46.751.468,63	3.410.898,05	2.753.661,50	46.094.232,08
2033	18,00%	19.138.927,96	46.094.232,08	3.445.007,03	2.714.950,27	45.364.175,32
2034	18,00%	19.330.317,24	45.364.175,32	3.479.457,10	2.671.949,93	44.556.668,15
2035	18,00%	19.523.620,41	44.556.668,15	3.514.251,67	2.624.387,75	43.666.804,23
2036	18,00%	19.718.856,61	43.666.804,23	3.549.394,19	2.571.974,77	42.689.384,81
2037	18,00%	19.916.045,18	42.689.384,81	3.584.888,13	2.514.404,77	41.618.901,45
2038	18,00%	20.115.205,63	41.618.901,45	3.620.737,01	2.451.353,30	40.449.517,74
2039	18,00%	20.316.357,69	40.449.517,74	3.656.944,38	2.382.476,59	39.175.049,95
2040	18,00%	20.519.521,27	39.175.049,95	3.693.513,83	2.307.410,44	37.788.946,56
2041	18,00%	20.724.716,48	37.788.946,56	3.730.448,97	2.225.768,95	36.284.266,54
2042	18,00%	20.931.963,64	36.284.266,54	3.767.753,46	2.137.143,30	34.653.656,38
2043	18,00%	21.141.283,28	34.653.656,38	3.805.430,99	2.041.100,36	32.889.325,75
2044	18,00%	21.352.696,11	32.889.325,75	3.843.485,30	1.937.181,29	30.983.021,74
2045	18,00%	21.566.223,07	30.983.021,74	3.881.920,15	1.824.899,98	28.926.001,57
2046	18,00%	21.781.885,30	28.926.001,57	3.920.739,35	1.703.741,49	26.709.003,71
2047	18,00%	21.999.704,15	26.709.003,71	3.959.946,75	1.573.160,32	24.322.217,28
2048	18,00%	22.219.701,19	24.322.217,28	3.999.546,21	1.432.578,60	21.755.249,67
2049	18,00%	22.441.898,20	21.755.249,67	4.039.541,68	1.281.384,21	18.997.092,20
2050	18,00%	22.666.317,18	18.997.092,20	4.079.937,09	1.118.928,73	16.036.083,84
2051	18,00%	22.892.980,35	16.036.083,84	4.120.736,46	944.525,34	12.859.872,72
2052	18,00%	23.121.910,15	12.859.872,72	4.161.943,83	757.446,50	9.455.375,39
2053	18,00%	23.353.129,25	9.455.375,39	4.203.563,27	556.921,61	5.808.733,73
2054	18,00%	23.586.660,54	5.808.733,73	4.245.598,90	342.134,42	1.905.269,25
2055	18,00%	23.822.527,15	1.905.269,25	4.288.054,89	112.220,36	<b>-2.270.565,28</b>

## Anexo VII

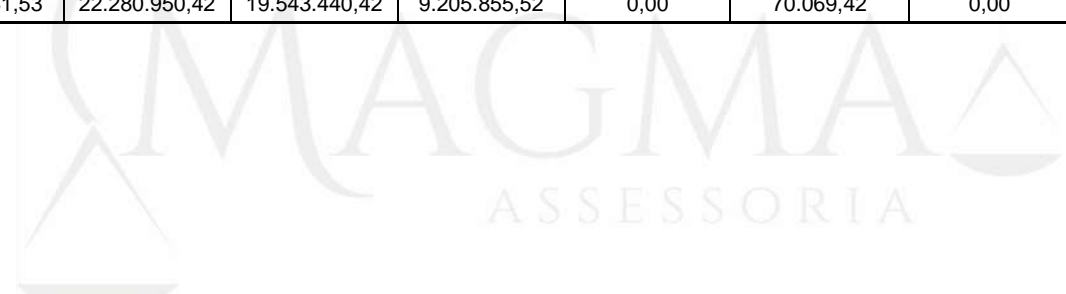
Elaboramos quadro com projeção da evolução das provisões matemáticas para os próximos doze meses, discriminadas por rubricas dos respectivos valores atuais de acordo com a fórmula descrita em nota técnica atuarial.

Benefícios Concedidos:

	PMBC	VABF	Cont. ENTE	Cont. Inativo	Cont. Pens.	Comprev	Parcelamento
Mês	2.2.7.2.1.03.00	2.2.7.2.1.03.01	2.2.7.2.1.03.02	2.2.7.2.1.03.03	2.2.7.2.1.03.04	2.2.7.2.1.03.05	2.2.7.2.1.03.06
0	78.233.547,30	88.768.555,37	0,00	1.508.647,61	149.503,10	8.876.857,36	0,00
1	77.854.052,24	88.342.584,87	0,00	1.504.083,03	149.344,86	8.835.104,75	0,00
2	77.476.096,21	87.918.380,71	0,00	1.499.537,37	149.187,27	8.793.559,87	0,00
3	77.099.673,29	87.495.935,86	0,00	1.495.010,56	149.030,33	8.752.221,67	0,00
4	76.724.777,59	87.075.243,32	0,00	1.490.502,54	148.874,05	8.711.089,14	0,00
5	76.351.403,22	86.656.296,09	0,00	1.486.013,21	148.718,42	8.670.161,25	0,00
6	75.979.544,31	86.239.087,23	0,00	1.481.542,51	148.563,43	8.629.436,97	0,00
7	75.609.195,05	85.823.609,82	0,00	1.477.090,37	148.409,08	8.588.915,31	0,00
8	75.240.349,61	85.409.856,94	0,00	1.472.656,71	148.255,38	8.548.595,25	0,00
9	74.873.002,18	84.997.821,72	0,00	1.468.241,45	148.102,31	8.508.475,78	0,00
10	74.507.147,00	84.587.497,31	0,00	1.463.844,52	147.949,88	8.468.555,91	0,00
11	74.142.778,32	84.178.876,91	0,00	1.459.465,86	147.798,08	8.428.834,65	0,00
12	73.779.890,39	83.771.953,69	0,00	1.455.105,38	147.646,91	8.389.311,01	0,00

Benefícios a Conceder:

	PMBC	VABF	Cont. ENTE	Cont. Ativo	Comprev	Parcelamento	Equacionamento	Outros
Mês	2.2.7.2.1.04.00	2.2.7.2.1.04.01	2.2.7.2.1.04.02	2.2.7.2.1.04.03	2.2.7.2.1.04.04	2.2.7.2.1.04.05	2.2.7.2.1.05.00	2.2.7.2.1.05.98
0	39.091.038,73	93.290.490,00	23.930.872,76	20.939.528,56	9.329.049,95	0,00	70.069,42	0,00
1	39.427.718,23	93.402.259,56	23.777.015,50	20.809.341,65	9.318.114,76	0,00	70.069,42	0,00
2	39.832.771,19	93.513.565,58	23.623.796,34	20.679.694,66	9.307.233,97	0,00	70.069,42	0,00
3	40.237.870,70	93.626.433,65	23.471.475,81	20.550.808,07	9.296.209,65	0,00	70.069,42	0,00
4	40.641.280,47	93.738.833,46	23.319.787,22	20.422.456,18	9.285.240,17	0,00	70.069,42	0,00
5	41.043.007,29	93.850.766,89	23.168.728,04	20.294.636,87	9.274.325,27	0,00	70.069,42	0,00
6	41.447.153,18	93.967.011,99	23.018.916,67	20.167.873,41	9.262.999,32	0,00	70.069,42	0,00
7	41.849.612,23	94.082.774,59	22.869.727,13	20.041.636,10	9.251.729,71	0,00	70.069,42	0,00
8	42.250.391,22	94.198.056,61	22.721.156,94	19.915.922,86	9.240.516,18	0,00	70.069,42	0,00
9	42.650.944,89	94.314.549,20	22.573.423,22	19.790.917,41	9.229.194,25	0,00	70.069,42	0,00
10	43.053.646,43	94.435.015,54	22.426.882,49	19.666.921,41	9.217.495,79	0,00	70.069,42	0,00
11	43.454.665,75	94.554.981,53	22.280.950,42	19.543.440,42	9.205.855,52	0,00	70.069,42	0,00
12	43.454.665,75	94.554.981,53	22.280.950,42	19.543.440,42	9.205.855,52	0,00	70.069,42	0,00



## Anexo VIII

### Viabilidade Financeira do Plano de Amortização

Observamos que o plano de amortização não fará com que o Ente Federativo ultrapasse os limites legais da LRF, ou seja, o plano de amortização proposto é viável.

ANO	I - DESPESAS TOTAIS COM OS PLANOS FINANCEIRO E PREVIDENCIÁRIO	II - OUTRAS DEPESAS COM PESSOAL	A - Despesas Com Plano de Amortização	III = ( I + II + A )	DESPESA TOTAL COM PESSOAL ( DTP )	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ( RCL ) ( IV )	% (DPT) / (RCL) (III / IV) X 100
2016	2.723.683,24	24.326.707,49		27.050.390,73		68.485.681,84	39,50%
2017	2.831.522,13	23.579.801,89		26.411.324,02		63.543.366,91	41,56%
2018	3.225.743,81	23.598.278,75		26.824.022,56		68.106.445,55	39,39%
2019	3.603.558,42	24.237.633,32		27.841.191,74		73.495.353,13	37,88%
2020	3.992.311,08	24.876.987,89	840.833,01	29.710.131,98		75.700.213,72	39,25%
2021	4.378.329,22	25.516.342,46	1.019.089,61	30.913.761,29		77.971.220,13	39,65%
2022	4.764.347,37	26.155.697,03	1.029.280,50	31.949.324,90		80.310.356,74	39,78%
2023	5.150.365,51	26.795.051,60	2.079.146,62	34.024.563,73		82.719.667,44	41,13%
2024	5.536.383,66	27.434.406,17	2.974.912,28	35.945.702,11		85.201.257,46	42,19%
2025	5.922.401,80	28.073.760,74	3.004.661,41	37.000.823,95		87.757.295,18	42,16%
2026	6.308.419,95	28.713.115,31	3.034.708,02	38.056.243,28		90.390.014,04	42,10%
2027	6.694.438,09	29.352.469,88	3.065.055,10	39.111.963,07		93.101.714,46	42,01%
2028	7.080.456,24	29.991.824,45	3.095.705,65	40.167.986,34		95.894.765,90	41,89%
2029	7.466.474,38	30.631.179,02	3.126.662,71	41.224.316,11		98.771.608,87	41,74%
2030	7.852.492,53	31.270.533,59	3.343.689,89	42.466.716,01		101.734.757,14	41,74%
2031	8.238.510,67	31.909.888,16	3.377.126,78	43.525.525,61		104.786.799,85	41,54%
2032	8.624.528,82	32.549.242,73	3.410.898,05	44.584.669,60		107.930.403,85	41,31%
2033	9.010.546,96	33.188.597,30	3.445.007,03	45.644.151,29		111.168.315,96	41,06%
2034	9.396.565,11	33.827.951,87	3.479.457,10	46.703.974,08		114.503.365,44	40,79%
2035	9.782.583,25	34.467.306,44	3.514.251,67	47.764.141,36		117.938.466,41	40,50%
2036	10.168.601,40	35.106.661,01	3.549.394,19	48.824.656,60		121.476.620,40	40,19%
2037	10.554.619,54	35.746.015,58	3.584.888,13	49.885.523,25		125.120.919,01	39,87%
2038	10.940.637,69	36.385.370,15	3.620.737,01	50.946.744,85		128.874.546,58	39,53%
2039	11.326.655,83	37.024.724,72	3.656.944,38	52.008.324,93		132.740.782,98	39,18%
2040	11.712.673,98	37.664.079,29	3.693.513,83	53.070.267,10		136.723.006,47	38,82%
2041	12.098.692,12	38.303.433,86	3.730.448,97	54.132.574,95		140.824.696,66	38,44%
2042	12.484.710,27	38.942.788,43	3.767.753,46	55.195.252,16		145.049.437,56	38,05%
2043	12.870.728,41	39.582.143,00	3.805.430,99	56.258.302,40		149.400.920,69	37,66%
2044	13.256.746,56	40.221.497,57	3.843.485,30	57.321.729,43		153.882.948,31	37,25%



## DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

Declaramos, para os devidos fins, que **André Sablewski Grau** Bacharel em Ciências Atuariais, registrado no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº **2372**, e no IBA - Instituto Brasileiro de Atuária, na categoria de Sócio Membro MIBA nº **2372** estando com suas contribuições regularizadas junto a este Instituto.

Esta declaração tem validade até a data de 30/09/2020.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2020.



Instituto Brasileiro de Atuária

Jacqueline S. de Souza Ramos  
Instituto Brasileiro de Atuária  
Analista Financeiro

27.907.104/0001-30  
INSTITUTO BRASILEIRO  
DE ATUÁRIA  
RUA DA ASSEMBLÉIA, 16 SALA 1304 / 1305  
CENTRO - CEP 20011-901  
RIO DE JANEIRO - RJ

SEDE - RUA DA ASSEMBLEIA, 10 - S/1304-5 - RIO DE JANEIRO - RJ - CEP.: 20011-901  
TEL.: +55 21 2531-0267 / +55 21 2531-2865  
WWW.ATUARIOS.ORG.BR